

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO  
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANO DE 1991/1992

Nº 41

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria 1991/1993

Grandes Conselheiros, com status de Presidentes de Honra:

ADELPHO POLI MONJARDIM E ALBERTO STANGE Jº

Presidente: Renato José Costa Pacheco

1º Vice-Presidente: Ormando de Moraes

2º Vice-Presidente: Francisco Schwarz

3º Vice-Presidente: Carlos Teixeira de Campos

Tesoureiro: José Hygino de Oliveira

Tesoureiro Adjunto: Frederico Teixeira Filho

Secretário Geral: Miguel Depes Tallon

Secretário Adjunto: Margareth Vetis Zagnelli

Encarregada da Biblioteca: "Augusto Lins". Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

Encarregado do Museu da Imagem e do Som: Sebastião Pimentel Franco

Orador: José Garajau da Silva

Vice-Orador: Neida Lúcia de Moraes

Casa Elmo Elton: Presidente do Conselho de Curadores: Francisco Schwarz

Comissão da Revista: Ormando Moraes, Levy Rocha e Sebastião Pimentel Franco

Esta **Revista** é publicação anual, editada sob a responsabilidade da Diretoria anual, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito, e a partir de 1991, sob os auspícios da Prefeitura Municipal de Vitória na forma do Convênio anexo à Lei 3.748 de 26.09.1991.

Distribuição gratuita às Escolas que a solicitarem.

Pedidos à Caixa Postal 1561 - Vitória (ES) - 29000

## **DOCUMENTO ESPECIAL (\*)**

### **“RAZÕES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA SOBRE A JURISDIÇÃO DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ”**

Comissão de Pesquisa e redação:

RENATO JOSÉ COSTA PACHECO

WILLIS DE FARIA

MIGUEL DEPES TALLON

**(\*) Entregue em solenidade no dia 02.10.91 ao Sr. Vice-Prefeito, no exercício da  
Prefeitura, jornalista Rogério Sarlo de Medeiros.**

## APRESENTAÇÃO

A Marinha Brasileira, através do ofício GM/HM/20-F-2242/89, de 5 de setembro de 1989, manifestou sua preocupação sobre uma suposta inconstitucionalidade do Decreto Municipal nº 8054. As suas preocupações fulcram-se no parecer nº 332/1989, do seu Consultor Jurídico, dr. Hélio de Almeida Domingues. Citado parecer fundamenta-se, basicamente em dois pontos. A um, o inciso IV, do artigo 20, da atual Constituição Federal; a dois, em parecer da lavra do eminente administrativista, professor Sérgio de Andréa Ferreira. Em verdade, os dois pontos se imbricam, na medida em que Sérgio de Andréa Ferreira, em seu arrazoado, invoca, também a mesma disposição constitucional arguida pela Marinha. Ocorre que o citado parecerista em suas conclusões RESSALVA os eventuais direitos adquiridos por "outra entidade pública". O texto, que é citado pelo próprio Consultor da Marinha, merece transcrição, por oportuno:

"1º) As ilhas marítimas costeiras integram o território brasileiro e das unidades federativas litorâneas.

2º) Os terrenos de marinha, e seus acréscidos, dessas ilhas pertencem à União, e a parte nuclear das mesmas também, **salvo se, por qualquer título legítimo, pertencerem ao domínio de outra entidade pública, ou à propriedade particular (art. 1º, a e d, do DL nº 9.760/46 e art. 4º, V, da CF)".**

(Sem grifos no original)

Ora, a titularidade do Município de Vitória decorre da legítima transferência que lhe fez o Estado do Espírito Santo, da jurisdição sobre as Ilhas de Trindade e Martim Vaz. Tais ilhas, desde o Império, pertenciam ao território do Estado do Espírito Santo e, em especial, ao Município de Vitória. Tanto que o Decreto Imperial nº 9.334 já reconhecia como pertencente a província do Espírito Santo a Ilha de Trindade.

É de se ressaltar que, recém instalada, a República teve de se opor a três tentativa a nível internacional da Inglaterra de se apossar das Ilhas. Para reforçar a vitoriosa argumentação, o Governo da República valeu-se do Decreto Imperial nº 9334, de 1884, para comprovar a soberania do Brasil sobre as ilhas, através do reconhecimento da jurisdição do Estado do Espírito Santo sobre a Ilha de Trindade. Na época, para instruir a defesa brasileira, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Carvalho, endereçou ao então Presidente do Estado, Graciano Neves, o seguinte telegrama:

"Pertencendo à jurisdição desse Estado a Ilha de Trindade, peço com urgência informações a seu respeito pelas quais possa demonstrar que não é território abandonado".

Dias depois, o próprio Ministro declararia, de público:

"As Ilhas de Trindade e Martim Vaz estão incluídas na área e jurisdição do Espírito Santo".

Vê-se, pois, que não existia nenhuma dúvida quanto à jurisdição das ilhas. Mesmo assim, em 11 de setembro de 1953, era sancionada a Lei nº 732, cuja constitucionalidade jamais fora sequer contestada. Citada lei incorporava a Ilha de Trindade e o arquipélago de Martim Vaz ao Município de Vitória. Repetindo, é bom lembrar, que, em mais de três décadas, jamais a União arguiu a suposta inconstitucionalidade da Lei nº 732/53.

É sumamente importante verificar-se que o inciso IV, do artigo 20, da Constituição vigente ressalvou o direito anterior, portanto, adquirido, dos Estados sobre as ilhas oceânicas e costeiras, na medida em que tal texto remete ao inciso II do, artigo 26, do



mesmo Diploma

Por tudo isso, não se justifica a insistência da Marinha em avocar para si a jurisdição sobre as ilhas mencionadas, até porque a sua ocupação pela Marinha só se iniciou em 1957. Daí, porque não consigo vislumbrar legalidade em sua investida contra a lei municipal nº 3158, de 10 de fevereiro de 1984, e contra o decreto municipal nº 8.054, de 19 de maio de 1989.

Objetivando esclarecer a opinião pública de Vitória e do Estado é que a atual Administração resolveu publicar as presentes "RAZÕES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA SOBRE A JURISDIÇÃO DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ", com a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Vitória, 8 de setembro de 1991

ROGÉRIO SARLO DE MEDEIROS

# RAZÕES DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA SOBRE A JURISDIÇÃO DAS ILHAS DE TRINDADE E MARTIM VAZ

MIGUEL DE PES TALLON (\*)

## TOPOGRAFIA

A Ilha de Trindade se situa a 800 km a leste de Vitória. Segundo JOSÉ LACERDA DE ARAÚJO FEIO, a sua topografia "é extremamente acidentada, bastando lembrar que, com cerca de 4.000m de largura, atinge a altitudes do valor de 600m como no pico Desejado, seu ponto culminante. Aliás, não é este o único pico elevado; ao seu lado se encontram o da Trindade (590m), o São Bonifácio (570m), o Verde (553m), o Vermelho (515m), bem na crista central da ilha. Do lado SW a escarpa é muito pronunciada, bastando lembrar o morro do paredão (217m), a pique sobre o mar, bem como o Pão de Açúcar (293m), a Ponta dos Cinco Pavilhões (que figura nos mapas como "Farilhões") encimada pelo altaneiro pico Branco (470m) lembrando de maneira extraordinária um alvo castelo. O litoral W possui uma agulha gigantesca - o Monumento - que se levanta a prumo das ondas, a 270m de altura, com um diâmetro de cerca de 80m. A ponta norte da fantástica ilha é cercada por um serrilhado denominado Crista de Galo, no meio do qual sobressai o Obelisco (430m).

"Bem se percebe que essa multidão de picos só poderia ser os restos de um vulcão cujas atividades intermitentes, pouco intensas e violentas outras, em épocas muito recuadas (talvez fim do Mesozóico) permitiram as deposições sedimentares em meio líquido (mar). Mais tarde emergiram, deixando ver camadas entremeadas de cinza e matéria arenosa (morro do paredão). (Feio, José Lacerda de Araújo. "A Ilha de Trindade", apud Pacheco, Renato José Costa. **"Textos de História e Geografia do Espírito Santo"**, Vitória: UFES, 1966, p. 48).

---

(\*) Do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. As pesquisas para a elaboração do texto foram realizadas por Renato Pacheco e Willis de Faria.

## FLORA E FAUNA

Embora a presença de inúmeros troncos retorcidos revele uma inquietante devastação motivada pelo fogo, ainda há pequenas matas pela ilha. A presença de samambaias gigantes é maciça. Também é farta a presença de herbáceas, conhecidas como “vasourinha”.

Curiosamente, há poucos caranguejos na ilha e quase não há ratos. Em compensação há muitos carneiros, cabritos e porcos, para lá levados pelo homem. Há uma enorme variedade de borboletas e aranhas.

Entre os pássaros que frequentam a ilha destacam-se o João grande, a grázina, a andorinha preta do mar, a pomba do mar e os atobás.

Ainda são abundantes as grandes tartarugas, que procuram a ilha para sua postura.

## HISTÓRIA

A Ilha de Trindade foi descoberta há mais de quatrocentos e cinquenta anos. Contudo, sua autoria é discutida, vez que há os que a atribuem a João da Nova, e os que preferem conferi-la a Estevam da Gama, que a denominou de Trindade, embora, de início, venha a ilha a ser conhecida por Assunção.

Em 1539, o rei de Portugal doou a ilha a Belchior de Carvalho, que pareceu não ter se interessado por sua ocupação. Em 1700, ocorreu a primeira ocupação inglesa, quando Edmund Halley, julgando a ilha abandonada, ocupou-a em nome da coroa inglesa. Tal ocupação, entretanto, não durou muito, vez que Portugal fez valer seus direitos sobre a ilha, pondo fim às pretensões britânicas.

Mesmo com o projeto de converter a ilha numa feitoria da Companhia Real da África, destinada ao comércio de escravos, Portugal não logrou obter uma ocupação efetiva da ilha, o que a conduziu a uma segunda ocupação, por parte dos ingleses, dessa feita, em 1781. Diante dos protestos lusitanos e de sua inquestionável soberania sobre a ilha, dois anos depois, os ingleses a abandonaram. Dessa data até 1795, Portugal manteve na ilha uma colônia, que, em virtude do seu alto custo, não prosperou, vindo, também a ser abandonada. Registre-se, apenas, que, à época da colônia, chamou-se ilha de Santíssima Trindade.

Proclamada a independência brasileira, a ilha foi naturalmente transferida à jurisdição imperial, como integrante do território da província do Espírito Santo. Quatro anos depois de proclamada a República, a Inglaterra, mais uma vez, ocupou a ilha, sob a alegação de abandono.

Na questão diplomática que se acendeu, buscou o Governo do Brasil, Para se defender, argumentos que comprovassem sua soberania sobre a ilha, através da comprovação da jurisdição do Estado do Espírito Santo sobre ela. Assim, ainda no Império, era baixado o Decreto nº 9.334, pelo qual se concedia permissão para explorar a ilha a João Alves Guerra. A permissão estabelecia que:

**“Atendendo ao que me requereu João Alves Guerra, hei por bem conceder-lhe permissão para explorar a Ilha de trindade, província do Espírito Santo, assim como para ali estabelecer salinas, mediante cláusulas que com este baixam assinadas por Antônio Carneiro da Rocha, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Es-**



tado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar."

(Peixoto, Eduardo Marques. "**Memória Histórica Sobre a Ilha de Trindade**", Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932, pp. 80-1).

Na época do incidente, o Ministro do Exterior, Carlos Carvalho, encaminhou ao então presidente do Estado, Graciano Neves, o seguinte telegrama, em 19 de julho de 1895:

**"Pretencendo à jurisdição desse Estado a Ilha de Trindade, peço urgência informações a seu respeito pelas quais possa demonstrar que não é território abandonado."**

Fartamente documentadas, as razões apresentadas pelo Brasil redundaram em laudo arbitral favorável, por parte de Portugal, que mediava a questão.

Dias depois, o mesmo Ministro, em entrevista à imprensa, declararia o seguinte:

**"As ilhas de Trindade e Martim Vaz estão incluídas na área e jurisdição do Espírito Santo."**

(in "Informações ao STF", do então Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo)

Vale destacar que a tradição constitucional brasileira tem sido notavelmente contrária à jurisdição da União sobre as ilhas oceânicas. Tanto assim que, enquanto a Constituição de 1934 (**art. 20**), nomeava como bens da União somente as ilhas fluviais e lacustres, as Constituições de 1937 e 1946, em seus artigos 36 e 24, simplesmente silenciaram. Apenas a Carta de 1967, com a Emenda nº 1, de 1969, nomearia como bens da União as ilhas oceânicas. Tal disposição foi iterada na atual Constituição (**art. 20, IV**). Há, entretanto, que não se esquecer que a tradição constitucional brasileira - com exceção da Carta de 1937 - tem consagrado a doutrina do direito adquirido. E, na espécie, devem ser entendidas como bens da União, as ilhas oceânicas, respeitados os direitos adquiridos dos Estados e Municípios.

## DIREITO

É incontestável, do ponto de vista histórico e legal do direito do Município de Vitória à jurisdição sobre as Ilhas de Trindade e Martim Vaz. Tal direito decorre, naturalmente da transferência que lhe fez - **legitimamente** - o Estado do Espírito Santo, pela já citada **Lei nº 732**, de 11 de setembro de 1953, cuja constitucionalidade **JAMAIS** foi contestada.

As razões apresentadas pela Marinha para invocar a suposta inconstitucionalidade do decreto municipal que regulamentou a Lei nº 3158/84, "**data maxima venia**", pecam pela fragilidade de sua sustentação. Assim é que, ao invocar brilhante parecer da lavra do eminente administrativista SÉRGIO DE ANDRÉA FERREIRA, esqueceu-se o douto procurador da Marinha, de que o tratadista **RESSALVOU** o direito dos Estados e dos Municípios, além dos particulares, ao citar o Decreto-Lei nº 710, que reorganizou a Diretoria do Domínio da União. Mais grave ainda: omitiu o procurador da Marinha o fato de ter o parecerista por ele citado lembrado, ao mencionar o DI 9.760/46, "**que as ilhas oceânicas só pertencem à União, SE NÃO PERTENCEREM AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**".

Veja-se, ainda, que a atual Constituição, em seu **artigo 20, IV**, quanto alude ao **artigo 26, II**, do mesmo diploma legal, garante o direito anterior dos Estados, e por via de consequência, dos Municípios, sobre as ilhas oceânicas sob a sua jurisdição.

Não poderia, portanto, o antigo **SPU** entregar à Marinha, como o fez em 24 de abril de 1984, a Ilha de Trindade. Até porque não lhe pertencia. Tal ato, naturalmente nulo de **pleno iure** foi ratificado, em 26 de junho de 1989, em **dúplice nulidade**.

Não só desde o Império, com o já referido decreto imperial nº 9.334, mas a partir

da própria Constituição Republicana de 1981, o Direito de jurisdição sobre Trindade e Martim Vaz tem sido reconhecido ao Estado do Espírito Santo, que o transferiu, em 1953, através de Lei nº 732, ao Município de Vitória.

O Ministro **JARBAS NOBRE**, referindo-se a pronunciamento do Ministro **CARLOS MADEIRA**, cita trecho da obra "**Do Domínio da União e dos Estados**", de autoria de **RODRIGO OTÁVIO**:

"(...) Tratando-se de ilha situada na faixa do mar territorial é indubitável que, em princípio, pertence à União a teor do art. 4º, II, da Constituição. A alodialidade acaso existente há de ser cumpridamente provada, de modo a ficar extirpada a transferência do bem do domínio público para o domínio privado. Como é sabido, tais ilhas, que, no Império pertenciam a Coroa, com exceção das que foram doadas em sesmaria, passaram com a Constituição de 1891, ao domínio dos Estados, como se lê em Rodrigo Otávio."

(Nobre, Jarbas, in RE 50.591, de 05.12.79, apud Santos, Alcino, op. cit., fls. 05)

Lembre-se que a própria Constituição de 1891, em seu **artigo 64**, já assegurava ao Estado do Espírito Santo o direito à jurisdição sobre a Ilha de Trindade e Martim Vaz.

Ora, com uma legitimidade que atravessa os séculos, não se pode, em absoluto, pretender agora, como intentando vem a Marinha, a transferência de jurisdição sobre as Ilhas de Trindade e Martim Vaz, do Município de Vitória, para a União.

**MIGUEL DEPS TALLON**



## VILA RUBIM

JOSÉ HIGYNO DE OLIVEIRA, TANECO

Assinalam os registros que a Cidade de Palha, trecho seguinte à Vila Moscoso, ocupado, quase todo, pelo sítio do Dr. Leopoldo Cunha, era composta de casas de sapé. Talvez a primeira favela de Vitória. Em junho de 1895, o Governo Municipal, o primeiro da República, que tinha as mesmas atribuições das atuais Câmaras Municipais, sob a presidência de Cleto Nunes, que foi sempre eleito para executar o grande plano de obras municipais do governo Moniz Freire, aprovou a planta do arruamento, nos morros anexos à Vila Moscoso, pertencentes a Companhia Torrens. Essa importante Empresa chegou assinar um contrato com o Governo Municipal para realizar diversos trabalhos urbanos, inclusive o abastecimento de água à população, dando início a construção dos alicerces do grande reservatório no morro de Santa Clara. A 16 de setembro do mesmo ano, Cleto Nunes propôs então que a "Cidade de Palha" se denominasse Vila Rubim, em homenagem ao governador da capitania, de 1812 a 1819, e que deixou nome nas letras e no campo administrativo do Espírito Santo.

Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira desde 5 de outubro de 1812, governava a capitania, nomeado a 12 de junho do mesmo ano, em condições especiais, pois de acordo com o decreto de 13 de setembro de 1810, a capitania ficara independente da Bahia. Passou o governador a entender-se diretamente com o governo geral. A data de 5 de outubro está assegurada pelo ofício dirigido ao Conde de Galveas, no dia 8, pelo próprio governador, que chegava no dia 1º ao Espírito Santo. Sua nomeação foi feita pelo Príncipe Regente, que já estava no Brasil.

Rubim abriu estradas e incentivou o povoamento, Incansável marujo a serviço do Espírito Santo, pagou 16.000\$000, cota estipulada pelo Governo Geral, como contribuição do Espírito Santo para fundação do Banco do Brasil, o primeiro criado no país, pelo alvará de 1º de outubro de 1.808, importância apreciável na época. Alguns historiadores distinguem-lhe o merecimento profissional da paixão política. Apresentam-no como digno de benemerência, de princípios sadios, medindo o seu valor pela diferença positiva entre os seus bons e maus atos, durante os sete anos de governo. Enumeram-lhe as realizações na vila da Vitória, e anotam-lhe o saldo credor, muito maior do que os pequenos caprichos temperamentais do militar de gestos amistosos. A capitania de tudo precisava, pois seu antecessor Manoel Vieira de Albuquerque Tovar fizera mau governo: proteção contra os ataques dos índios aos lavradores, que procuravam novas terras incultas; estímulo à agricultura mais rendosa, que não fosse algodão, milho e farinha de mandioca; abertura de estradas de penetração para o sertão. Entusiasta da instrução pública, funda escolas de ler, contar. Inicia a fundação da povoação de Viana, colonizando o antigo sertão de Santo Agostinho, com trinca casais açorianos que chegam a 13 de fevereiro de 1812, trazidos por Paulo Fernandes Viana, e recebem glebas para desenvolver o antigo Pau Gigante, atual município de Viana, em homenagem ao Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro, protetor do Espírito Santo e da colônia, que se fundaria sob seu patrocínio. O problema assistencial o preocupa.

Era necessário construir-se um hospital de caridade porque a casa de misericórdia não tinha sede adequada. Instalada na venerável igreja do Rosário, em Vila Velha, transferida depois para Vitória, não teve onde pudesse realizar seus objetivos, não obstante os favores obtidos com o alvará do 1º de julho de 1.604, passado por Felipe III, que

a equipara à de Lisboa, fundada por D. Leonor de Áustria, que dedicou o fim de sua vida a instituições de caridade. Luiz Antônio da Silva, proprietário, associa-se a Alberto Rubim, na nobre tentativa de promover a construção do hospital.

Realizam-se, em 1813, as providências preliminares. Além de promover subscrições entre comerciantes, amigos e parentes no Rio de Janeiro, Luis Antônio da Silva doa uma casa à nova instituição. D. Maria de Oliveira Subtil, acometida de cegueira total quando ainda jovem, além de doar a sua fazenda "Campinho", concorre ainda com dinheiro para a aquisição de equipamentos e pertences. Inicia-se então, a construção do hospital no alto da colina fronteira à Ilha do Príncipe, porque todo baixo era constituído de mangue e pontas de mar. O governador Rubim alcança, junto ao Príncipe Regente o decreto de 23 de dezembro de 1817, que permite além da construção, filiá-la aos favores e cuidados da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, confirmando-lhe doações e privilégios para "cobrança de taxas sobre vendas de táboas e gêneros alimentícios". Alberto Rubim fundou escolas e construiu igrejas, lançando ele próprio a pedra fundamental da igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Viana, a 15 de dezembro de 1815. Concedeu sesmarias e dispensou tributos. Abriu estradas ligando o colo no ao centro consumidor e organizou a Companhia de Navegação Rio Doce. A vila da Vitória mereceu cuidados especiais em favor dos moradores insulados: os mangais, as fontes de água potável, o aspecto das casa, os cais de atracação de barcos, os alagadiços do caminho do "porto dos padres" ao hospital em construção, os banhados do Pelames, designação do antigo, adjacente ao convento do carmo, onde havia um cortume que lhe deu o nome Pelames; as lagoas de águas pluviais e pontas de mar do Largo da Conceição, atual praça Posta Pereira, receberam os primeiros lençõs de terra, facilitando a caminhada dos pedestres a pé enxuto. Pequenas calçadas nas ruas da cidade baixa e reparo nos quartéis, igreja e fortes, foram obras de caráter urbano. Torna obrigatória a limpeza e a reconstrução das fachadas. manda levantar a planta da zona urbana e faz novo censo da população da capitania: 24.587 almas, incluindo-se 12.100 escravos, em 1817. O estudioso Cesar Marques anota: "Embora considerado arbitrário e déspota, por alguns atos cometidos, mas força é confessar que foi ele o que mais trabalhou".

O historiador Heribaldo Lopes Balestrero, membro da Academia Espírito-Santense de Letras, anota na sua proveitosa pesquisa "O povoamento do Espírito Santo", pág. 88 "Quando as funções militares, foi ele o primeiro governador independente que tivemos, tendo encontrado a capitania apenas com seis vilas, inclusive a da capital, a algumas aldeias de pescadores espalhados ao longo da costa, todas na mais completa pobreza". Válido da corte, amigo do conde de Linhares, sobrinho de Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral de Polícia do Príncipe Regente, depois D. João VI, cargo equivalente ao de ministro de Estado, Rubim, homem de letras, escreveu "Memória Estatística da Capitania do Espírito Santo". Realizou intensa propaganda da capitania, atraindo a atenção de cientistas e naturalistas da Europa, despertando-lhes a curiosidade de triilhar as palgas espírito-santenses, alguns deles citados pelo festejado historiador Levy Rocha, em "Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo".

Alberto Rubim, ao deixar o governo do Espírito Santo, a 23 de dezembro de 1819, foi nomeado para a capitania do Ceará, cujo governo assumiu a 13 de julho de 1820. Ali, sua administração não foi menos vigorosa. É de sua autoria "Memória da Revolução do Ceará".

Capitão de mar e guerra, da marinha portuguesa, ganhou todos os postos por distinção, no serviço das esquadras lusas no Mediterrâneo, de 1790 a 1799 e na costa da África, quando veio para o Brasil. Nascido em Lisboa a 27 de janeiro de 1768, faleceu

a 14 de novembro de 1842, aos 74 anos de idade. Era Comendador da Ordem Militar de Cristo.

Filho da Vila Rubim, bairro sumamente poético por ruas tortuosas, lembrando o conjunto inspirado trabalho de cenografia, ali passei a minha infância. E só depois de ter lido tudo quanto escreveu sobre o valoroso cabo de guerra lusitano, compreendi os motivos da homenagem sentimental que em nome de Vitória lhe tributou Cleto Nunes, que depois brilharia como deputado federal e senador da República.

José Higyno de Oliveira  
Taneco

Vitória, maio de 1991



# CARAPINA E SUA ORIGEM

Levy Rocha

O cientista Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1893, registrou importantes conhecimentos sobre a carapa, meliácea originária da Guiana Francesa e do Amazonas, também conhecida como carapina e andiroba. Trata-se de uma das mais belas árvores que se aclimou naquele jardim onde reverdesce, compondo a aléa Carlos Glass, plantada pelo mesmo diretor.

Grande árvore que alcança até trinta metros de altura, sua madeira resistente era empregada para mastreação de barcos, marcenaria, carpintaria, enquanto sua grossa casca e as grandes folhas tinham uso em cozimento, como sucedâneas da quinina no combate à febre tremedeira e serviam ainda para o curtume. O óleo retirado das amêndoas reunidas em pequenos cachos substituía o da mamona na iluminação das candelas. Era, também, usado pelos indígenas, em mistura com o corante vermelho originado da planta grajuru-piranga que esfregavam no corpo como proteção contra a picada dos insetos. Avalia-se a importância desse repelente pela resposta dada por um chefe índio ao sábio-viajante Barão de Humboldt: imaginava o paraíso celeste tal qual a lua onde não havia mosquitos.

Barbosa Rodrigues ressaltou que a espécie botânica "contém um princípio ativo, alcalino, que Robinet denominou Carapina."

Um outro ex-diretor do Jardim Botânico, não mesmo ilustre, Manuel Pio Corrêa foi mais circunstanciado no volumoso **Dicionário das plantas úteis do Brasil**, ajuntando que a andirobeira que vegeta de preferência nas várzeas próximas aos leitos dos rios, presta-se em seu aspecto elegante para arborização de ruas.

Segundo relatório do major Antônio Florêncio Pereira do Lago, chefe de uma comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia, em 1876, o fabrico de azeite de andiroba naquela região era indústria florescente. Constituiu bom ramo do comércio, tendo o Tocantins exportado no ano anterior, perto de dez mil potes de azeite. O major forneceu detalhes sobre o preparo rudimentar de maceração ainda o mesmo que se empregava há dois séculos atrás. Constatou que a andirobeira podia ser encontrada em grande abundância na amazônia. Acentuou a urgência do aperfeiçoamento do processo extrativo mormente naquela ocasião uma vez que estava generalizado o uso do petróleo e bem próximo o dia em que a capital seria iluminada a gás.

Árvore frequentemente lembrada desde os mais antigos registros como o de André Thevet (1558) nas **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam América**, mencionada pelos índios como **pêno-absou**, nela achavam excelente remédio para as chagas, usando o azeite na parte ofendida do corpo.

Ao relacionar as madeiras de primeira qualidade para construções náuticas e civis do Espírito Santo, nosso historiógrafo Basílio Daemon incluiu as andirobas no seu livro editado em 1879.

Não seria absurda a hipótese de que o tabuleiro junto à baía de Vitória fosse coberto de andirobeiras antecedendo muito e muito ao tempo dos navegantes do Novo Mundo.

No **Dicionário da Língua Tupi**, editado em 1858, Gonçalves Dias registra o vocábulo: "carapina - carpinteiro." Braz da Costa Rubim não o inseriu nos **Vocábulos indígenas introduzidos no uso vulgar**, in revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 45.

O prof. Teodoro Sampaio, no livro, **O Tupi na Geografia Nacional**, dá sua definição no verbete: **Carapina** - corr. **Carapin**, tirar a casca grossa; descascar, lavar. Como adj.: aparado, cortado curto, breve".



Antônio Geraldo da Cunha, no precioso **Dicionário Histórico de Palavras Portuguesas de Origem Tupi**, analisa: “Carapina - Carpinteiro - Ibigrapãdara, também dizem carapina.”

O dicionário de Aurélio numa outra acepção leva-nos ao pica-pau: “**Ipecu, carapina, pica-pau**, designação a aves da origem dos piciformes, cuja maioria das espécies edifica em ocas de paus que elas mesmas perfuram.”

Visualizando as ruas do município de Carapina no catálogo da lista telefônica foi baldado meu esforço em encontrar o nome de algum carapina ilustre como indicativo de rua ou logradouro público da cidade. Também não se encontra homenageada a andirobeira, espécie florística fatalmente extinta na região conforme ocorreu com o ibirapitanga ou pau-brasil. Curiosamente, em análogo exame da nomenclatura das ruas de Cachoeiro de Itapemirim, situada no bairro Otho Martins, conexando com a rua Antônio Vieira, lá está constando: rua Andiroba.

O citado autor Basílio Daemon contou que o segundo donatário da Capitania do Espírito Santo, ao conceder sesmarias a Miguel Pinto Pimentel tornou-o, em 1614, possuidor da extensa gleba compreendida no distrito de Carapina. Pimentel tratou de aproveitar as árvores para demarcar nelas seu terreno. Ali fundou um próspero engenho de açúcar e faceleu em 1644 doando seus bens aos Jesuítas que requereram nova demarcação da área, “visto estarem se apagando os marcos feitos nas árvores”. Foram assentados então, marcos de pedras.

Em 1828, Inácio Acioli de Vasconcelos, nosso primeiro presidente da Província, relatou na **Memória Estatística**, que Carapina, distrito de Vitória, possuía uma área em terreno baldio de dez léguas de extensão e uma largura de que se serviam os moradores contíguos para criação.

Aquelas árvores (seriam andirobeiras?!), perseguidas pelos carpinteiros e carapinas dos engenhos, pelos construtores da cidade ou pelas derrubadas e queimadas haveriam mesmo de desaparecer... E, provavelmente, de trazerem confusão para a origem da denominação do lugar...

# ESTADO ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE ITALIANOS NO ESPÍRITO SANTO (\*)

MARGARETH VETIS ZAGANELLI

História regional é definida pelos historiadores, como aquela que versa uma área geográfica não maior do que uma unidade provincial (State nos Estados Unidos, Estado no Brasil, Country na Inglaterra, Land na Alemanha, Condado, na Itália, ou Pays na França).

O século XIX, na Europa, assistiu ao apogeu destes estudos, através do fomento da criação de academias e institutos históricos locais, possibilitando o estudo da história realizado por especialistas leigos da própria região. O fenômeno se trasladou para o Brasil com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados daquele século, seguido da instalação de muitos institutos estaduais, entre os quais o do Espírito Santo.

A maior parte dos estudos então surgidos padecem do defeito da "piedade filial" como os rotula Pierre Goubert (*Historical studies today*, Nova Iorque, 1972 p.303) autor do clássico Beauvaisis, obra que se equipara, na historiografia contemporânea, à não menos famosa Languedoc de Le Roy Ladurie.

Releva esclarecer que, neste século, a nova inspiração para os estudos de história regional nos veio através da escola dos Annales, da França, que despertou a atenção para novos grupos sociais, realizando pesquisas através da reunião das disciplinas sociais (história, economia, demografia, sociologia, psicologia) assim como da biologia.

O historiador francês George Duby, analisando as orientações da pesquisa histórica na França, a partir da década de cinquenta, chegou a afirmar que o "incitamento mais fecundo, mais prolongado foi o que levou os historiadores a escolher, mais naturalmente, como quadro de suas pesquisas, a monografia regional. Eles aprenderam a circunscrever de modo adequado um território; a considerar o conjunto dos homens que o povoam na sua relação com esse meio, isto é, com a natureza longamente moldada pela história, a por em relação as múltiplas forças que intervêm para dar a essa população suas formas e para fazer com que estas evoluam". (*Idade Média, Idade dos Homens*, São Paulo, 1989, p.1901).

---

(\*) Comunicação feita pelo consórcio em outubro de 1990

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tem se destacado, entre nós,

no apoio a estudos de história regional capixaba. Também muitas das teses de pós-graduação de docentes de nossa Universidade se inserem na linha da história regional, constituindo-se em instrumento subsidiário na compreensão da totalidade complexa, que é o estudo da História do Brasil.

Portanto, a meu ver, é de suma importância, a continuidade desses estudos, que permitem a utilização de fontes históricas disponíveis aos pesquisadores, e que dificilmente atrairiam a atenção de historiadores de outras regiões do país. Toda pesquisa neste campo, desde que embasada na metodologia adequada, é altamente valiosa.

O estudo da imigração estrangeira no Espírito Santo, insere-se nesse contexto, permitindo uma maior compreensão da política migratória brasileira e, sobretudo, um maior conhecimento da história capixaba.

O movimento migratório no Espírito Santo tem início nos princípios do século XIX, trazendo para o nosso Estado (então província) imigrantes europeus, de diversas procedências, especialmente italianos das regiões do Trentino e do Vêneto, marcando profundamente o panorama sócio-econômico de nossa província, no final do século passado. E, como afirmou Luís Busatto: "A imigração italiana para o Espírito Santo, num primeiro momento, foi um acontecimento irrelevante, mas logo tomou tanto vulto que, ignorar qualquer um de seus aspectos, é ignorar o destino coletivo do estado. A presença do imigrante no Espírito Santo mudou a sua trajetória e a sua história nos últimos cem anos." Justifica-se tal afirmativa, na medida em que foi o Espírito Santo o berço da colonização italiana no Brasil, e ainda, pela intensa ocupação de seu território.

Passo agora a um levantamento, que não pretende ser completo dos estudos que têm sido realizados, entre nós, sobre os italianos que se fixaram em nosso Estado e ajudaram a fazer seu crescimento econômico, social e cultural, e deram-lhe a feição especialíssima que hoje o Espírito Santo tem no contexto brasileiro.

Em 1934, é publicado **Monographia sobre a imigração e colonização em geral e particular no Estado do Espírito Santo**, de Antônio Aguirre, estudo sobre a imigração estrangeira no Brasil, na qual descreve os diferentes núcleos de imigração no Espírito Santo, sendo favorável à imigração italiana, mas repelindo a imigração oriental, sobretudo a japonesa, fazendo ainda restrições à imigração alemã. A seguir o grande naturalista Augusto Ruschi publicou através de seu museu de Biologia Mello Leitão, uma série de estudos sobre os italianos em Santa Tereza.

Entretanto, é somente a partir da década de setenta que se intensificam os estudos italianos em nosso Estado.

João Batista Cavati, publica em 1973, **História da imigração italiana no Espírito Santo**, onde ressalta a importância da imigração no desenvolvimento agrícola, comercial, industrial, financeiro e demográfico ocorridos no Espírito Santo. Retrata ainda as manifestações culturais e religiosas dos colonos italianos.

A esta obra, segue-se a de Luiz Derenzi, nosso homenageado desta tarde, **Os italianos no Estado do Espírito Santo**, publicado em 1974. Trata-se de um estudo sobre as causas da migração, abordando a situação econômica do Espírito Santo no final do século XIX, relatando a ocupação e posse das colônias pelas famílias italianas. Enfatiza ainda as contribuições dos italianos para a sociedade capixaba, citando personalidades que alcançaram projeção no Estado.

Em 1975, realizou-se na Universidade Federal do Espírito Santo, o II Simpósio de História, promovido pelo Departamento de História, em comemoração ao Centenário da imigração italiana em nosso Estado. O evento foi marcado pelo lançamento de **Anais do II Simpósio de História**, reunindo artigo sobre a imigração italiana, de diversos autores capixabas.



A Fundação Ceciliano Abel de Almeida publica, em 1978, em comemoração ao centenário de nascimento de seu patrono, uma coletânea de estudos referentes ao Espírito Santo, incluindo-se **Os primeiros anos (conflitos nas colônias agrícolas espírito-santense - 1847 - 1882)**, do professor Rejato José Costa Pacheco. Analisa, neste trabalho, os primeiros anos da presença do imigrante europeu na Província do Espírito Santo durante o Segundo Reinado e os conflitos gerados pela interação entre os brasileiros e os recém-chegados.

O médico e professor Douglas Puppim, publica em 1979, **Do Veneto para o Brasil**, obra que narra as viagens dos imigrantes italianos para o Brasil e sua fixação ao território capixaba. Descreve ainda as genealogias de diversas famílias italianas que imigraram para o nosso Estado, destacando características de sua cultura, bem como a influência do catolicismo nos hábitos dos italianos e seus descendentes. Trata-se de uma obra mais genealógica que histórica.

Ainda no mesmo ano, a Fundação Ceciliano Abel de Almeida edita **Memórias de um imigrante italiano**, autobiografia de Orestes Bissoli. Relata a história de sua família, o trabalho no campo, como pedreiro, e as dificuldades para adquirir bens.

No início da década de 80, o Instituto Jones dos Santos Neves publica **Os italianos e seus descendentes**, de Maria Stella de Novaes. A autora descreve a história da imigração italiana no Espírito Santo, fornecendo informações genealógicas e biográficas das famílias italianas que se fixaram em território capixaba. Destaca ainda, a participação dos imigrantes no desenvolvimento econômico, político e educacional do Estado.

Ainda em 1980, Máximo Zandonadi publica **Venda Nova; um capítulo da imigração italiana**, destacando a contribuição dos italianos no desenvolvimento social, econômico, político e religioso do município. Em 1984 e 1986, respectivamente, o autor publicou ainda **A igreja na História de Venda Nova**, e **Reminiscências de um século 1889 - 1989**; fatos e contos de uma imigração italiana.

A Fundação Ceciliano edita em 1981 **Da Itália para o Brasil**, de Ormando Moraes. Trata-se de um trabalho sobre uma família de imigrantes italianos provenientes de Treviso, na região norte da Itália (os Dadalto), as dificuldades enfrentadas, os costumes dos imigrantes e a exploração da atividade agrícola, seguida do comércio.

A década de 80 assinala ainda o interesse dos alunos de pós-graduação pelo estudo da imigração no Espírito Santo.

Destacam-se as teses de Mestrado em História das professoras Luciana Osório Costa, **A colônia do Rio Novo (1854/1880)**, defendida em 1981 e de Gilda Rocha, **Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896**, defendida em 1984. Esta última, um estudo que objetiva explicar o movimento migratório ocorrido no Espírito Santo no período de 1847 a 1896, a partir das oscilações verificadas na política migratória do governo brasileiro neste período.

Em 1987, merece destaque a publicação da obra do italiano Renzo Grosselli, sócio correspondente deste Instituto, **Colônia Imperiali nella terra del caffè, na qual examina a predominância da colonização trentina no Espírito Santo**.

Em 1989, são lançadas duas obras sobre os italianos em nosso Estado: **Primeiras Leis do município de Santa Tereza, ES.** de Luiz Carlos Biasutti e **Canaã de Figueira de Santa Joana**, de Aristeu José Sbardelotti. Este último, narra a história do povo de Itarana, predominantemente de origem italiana, destacando-se o povoamento do Vale de Santa Joana.

Sobre o município de Itarana, o Departamento Estadual de Cultura publicou, neste ano Itarana (1882 - 1964) do historiador Luciano Ventorim. O trabalho contém informações relacionadas ao processo de ocupação do atual território de Itarana, descreven-

do sua evolução no campo das atividades política-administrativas, sócio-culturais e econômicas até atingir a municipalidade.

Ainda neste ano, a Fondazione Giovanni Agnelli publicou **A Presença Italiana no Brasil - II**, volume organizado por Luís De Bona contendo trabalhos apresentados no Simpósio "A Presença Italiana no Brasil", realizado em Vitória, em outubro de 1988. Neste volume estão incluídos, dentre outros, artigos dos professores Luiz Busatto, Sônia Maria Demoner e Carlo Bússola, pesquisadores e professores da Universidade Federal do Espírito Santo. Os referidos professores já haviam publicados anteriormente trabalhos em periódicos especializados sobre esta temática.

Concluindo, nosso levantamento não pretendeu, nem o foi exaustivo. Objetivou-se tão somente despertar o interesse para a importância do tema no contexto da historiografia capixaba, bem como subsidiar futuras pesquisas sobre a mesma temática.

Vale ressaltar que há, a respeito dos ítalo-capixabas, inúmeros assuntos a serem versados, tais como: o cotidiano na vida colonial, relações de trabalho no campo, o fascismo na colônia, estratégias de sobrevivência na mudança do imigrante do meio rural para o meio urbano, variações dialetais persistentes, atividade empresarial entre os imigrantes, relacionamento familiar e mudança social, dentro outros.

## ASSIM VIVIA O VELHO BRAGA

Luis Carlos de Portilho

Ele passava, duas vezes por semana, no começo da noite, mão direita no bolso da calça curta, geralmente assobiando, não cumprimentava, propriamente, mas resmungava um quase imperceptível "olá!". Percorria, desde sua casa, no fim da rua, o quilométrico trajeto que alcançava a praça Jerônimo Monteiro, depois a Rua Cap. Deslanchava até o Guandu e, como descobríamos, casualmente, quando, um dia, nos encontrávamos naquele ponto da cidade, era concluído no interior da oficina da Estrada de Ferro Leopoldina; ali ele participava das reuniões dos ferroviários e ouvia, pacientemente, tudo quanto se discutia, após a revolução russa, a respeito de marxismo e comunismo. Em retribuição pelo assentimento deles a essa indiscreta presença, ministrava aulas de curso primário a vários deles. Muitos anos mais tarde, distantes um do outro, pudéramos compreender aquela precoce inclinação para o socialismo, e então justificáramos o jeito soturno com que ele, introvertido, um autista a seu modo, se desligava de todos e encarava a vida, os fatos, as coisas. No entanto, confraternizava com os outros de nossa idade quando, com eles, jogava "Foot-ball".

Seu pai, o tabelião Francisco de Carvalho Braga, desfrutava de singular conceito pelos conselhos que emitia, solucionando pequenos problemas de domínio e posse aos que não se arriscavam a consultar advogados: a mãe, d. Nenê, devotada aos afazeres domésticos, costurava-lhe, sem preocupação de primor as roupas de ele vestira, da infância à adolescência, numa cálida homenagem a quem sabia reunir à sua volta todos os filhos - o Braguinha, que, invariavelmente, passava, todos os dias, pela nossa casa, o Armando, o Newton, que fora uma de nossas preciosas amizades, e as duas irmãs, Carmosina e, se a memória não nos trai, a caçula Yeda.

Freqüentava, ele, a fronteira escola primária de d. Palmyra e, mais tarde, nos encontraríamos sob o mesmo teto do Colégio Pedro Palácios, o ginásio pelo qual a mocidade local tanto ansiava, que, para sua particular comodidade, iria instalar-se numa velha chácara, ao lado de sua casa, à margem do córrego Amarelo. Da última vez em que visitamos a querida cidade onde passáramos doze dos primeiros anos, quiséramos rever a rua em que ambos residíamos - a "25 de março", assim denominada em homenagem à Constituição de 1824 - e, lá, revimos o perene pé de fruta-pão em cujos galhos ele e seu irmão Newton procuravam decorar "Os Lusíadas"; num gesto carinhoso, o vizinho da chácara, de onde desertara o Colégio, ao reconstruir o muro divisório, tivera a delicadeza de respeitar a árvore, situada, justamente, na linha limítrofe e, por isso, a alvenaria interrompida de um lado recomeçava no outro. O solar é, hoje, a sede da Biblioteca Pública da cidade, num preito da população aos dois irmãos - ele e Newton - que dignificaram e elevaram o nome de Cachoeiro de Itapemirim, abastecendo o Espírito, precocemente, das luzes da antiga biblioteca, a da Loja Maçônica, e para a qual fomos guiados por eles, situada a meio caminho entre as nossas residências. Lá, eles se nutriram de Machado de Assis e Eça de Queiroz, Alencar e Camilo.

A trôpega memória, depois de um longo distanciamento, revela-nos, porém que, de nossos raros reencontros, um deles fora no Flamengo, na volta escaldante do meio dia; ele nos solicitara, apenas vestido de calção, o concurso de uma merenda-almoço e, logo, se recolheria ao boeiro do rio Carioca, onde permanecia a maior parte do tempo, entre a praia e a rua Barão do Flamengo, negando "audiência" à polícia, no ano que mais se intensificara a procura dos adeptos do credo político, que ele abraçara e para o qual, desde cedo, fora paulatinamente adestrado, desde o aprendizado na ofici-



na da Leopoldina quando ainda pré-adolescente.

Tentáramos, este ano, um novo contacto, à ocasião de seu aniversário, mas, na própria mensagem, adiantávamos-lhe a nossa esmaecida esperança de sua resposta. Ele, que jamais sorriu e não teria revelado seu misterioso íntimo, há quinze dias, percebendo a fatal visita, consentira em extravasar na sua espirituosa mensagem de fim de ano, talvez a única que terá redigido, no gênero, desejando a todos que o conheci- am, ou não, "no Ano Novo, muitas virtudes e boas ações e alguns pecados agradáveis, excitantes, discretos e, principalmente, bem-sucedidos..."

Acompanhando a sua trajetória, jamais deixaríamos de ler o que costumava publicar, repelindo a intromissão da ideologia, desde que ele deixara a sua amada cidade para peregrinar por aí além, na sua caminhada para a glória de nato cronista, iniciada nestas colunas, admirado pelo Brasil inteiro e que, até o momento final, soubera traçar a sua íntima crônica ao disciplinar, pormenorizada e pessoalmente, o próprio funeral, incluída a cremação e a remessa das cinzas, para Cachoeiro, de quem fora, em certa época, o embaixador do Brasil em Marrocos.

Joana, a ficção que tanto lhe frequentava as crônicas, nome buscado, provavelmente, na designação de um logradouro cachoeirense, era a partenaire com a qual mais se abria e, não fosse ela uma fantasia, poderia testemunhar, melhor que quantos lhe admiravam a verve, o desapontamento causado aos demais correspondentes de guerra, na Itália, quando, num dia de folga dos duelos de artilharia e dos bombardeios, auto-apresentando-se, falando, um após outro, sobre as respectivas cidades de origem - Atenas, Paris, Roma, Londres, Nova York, Buenos Aires - ele se desculpara, entre zombeteiro e tímido - "Não é por me gabar, mas eu sou de Cachoeiro de Itapemirim..."

Assim vivia o velho Braga, como se identificava. Assim viveu Rubem Braga.

(Transcrito do **Estado de Minas** - 28/12/90)

## A CONSTITUINTE DE 1890

JOSÉ SCHIAVO

Ao ser proclamada a República em 15 de novembro de 1889 foram dissolvidos, por decreto do dia 20, a Assembléia Geral, o Senado, o Conselho de Estado e as Assembléias Legislativas Provinciais. Declarava o decreto nº 1 que, enquanto se não realizassem as eleições para o Congresso Constituinte, seria regido o país pelo Governo Provisório, constituído de Deodoro, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Campos Sales, Quintino Bocayuva, Eduardo Wandenkolk, Demétrio Ribeiro e Benjamim Constant. Mas já em 3 de dezembro, dezessete dias após a implantação do novo regime, era designada uma comissão para elaborar o ante-projeto da Constituição, da qual faziam parte Saldaña Marinho, como presidente; Américo Brasiliense, Magalhães Castro, Antonio Luís dos Santos Werneck e Rangel Pestana.

O decreto de 21 de dezembro designava a data de 15 de setembro de 1890 para a eleição geral e convocava a sua reunião para dois meses após.

O decreto de 8 de fevereiro de 1890 regulamentava o processo eleitoral. A 23 de junho eram baixadas as instruções para as eleições e o decreto nº 665, de 15 de agosto do mesmo ano, aditava providências complementares para sua realização.

Procedidas as eleições, foram eleitos 223 constituintes, entre deputados e senadores, representantes das diversas unidades da Federação.

Celebraram-se as reuniões no Cassino Fluminense (posteriormente "Clube dos Diários") na Rua do Passeio, porém a 15 de novembro, primeiro aniversário da implantação do novo regime, instalava-se a Constituinte na antiga residência imperial da Quinta da Boa Vista, sob a presidência de Prudente de Moraes Barros, senador por S. Paulo, que tivera como opositor Sandanha Marinho.

Logo se constituiu na Câmara a Comissão revisora, da qual participaram, entre outros, Lauro Sodré, pelo Pará. Amaro Cavalcanti, pelo Rio Grande do Norte. Cagino Besouro, por Alagoas. Bernardino de Campos, por S. Paulo. Lauro Müller, por Santa Catarina. João Pinheiro, por Minas Gerais. Júlio de Castilhos, pelo Rio Grande do Sul e Lopes Trovão, pelo Distrito Federal.

A Constituição foi solenemente promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a 28 o decreto nº 3 declarava esse dia de "festa nacional".

No dia 25 era Deodoro eleito presidente e Floriano vice-presidente na chapa da oposição. O Vice de Deodoro seria Wandenkolk.

Mal haviam decorrido oito meses quando Deodoro, desentendido com o Congresso, chamou o Barão de Lucena, a quem incumbira da organização do 2º Ministério, e lhe disse: "Não posso por mais tempo suportar esse Congresso. É de mister que ele desapareça. Prepare o decreto de dissolução".

E foi assim que o decreto nº 641, de 3 de novembro de 1891, dissolvia o primeiro Congresso republicano.

A 23 de novembro, por sugestão de Lucena, Deodoro renunciava, entregando a chefia do governo ao Vice-Presidente - Marechal Floriano Peixoto, contra quem lançaram "manifesto" condenatório treze generais, que Floriano incontinentemente reformou, prendeu e exilou.

Nesses entretimentos o Almirante Custódio José de Melo, membro do Congresso dissolvido, levantava a Marinha dando começo à Revolta da Armada (6 de setembro de 1893).

Entretanto desse Congresso que o Fundador da República não pode suportar, fizeram parte os brasileiros mais eminentes que o país viu reunidos numa assembléia.

Saíram do seu meio seis presidentes da República (Floriano, Prudente de Moraes,



Rodrigues Alves, Campos Sales, Epiácio Pessoa e Nilo Peçanha). Quatro vice-presidentes (Rui Barbosa (vice-chefe do Governo Provisório), Floriano (que assinou sempre os seus decretos como vice-presidente), Nilo Peçanha e Rosa e Silva.

Onze Ministros do Supremo Tribunal Federal: José Higino (1882), João Barbalho (1887). Ubaldino do Amaral (1894), Epiácio Pessoa (1902), André Cavalcanti (1897), Anfilofio de Carvalho (1892), Américo Lobo (1894), Pires de Albuquerque (1917), Belfort Vieira (1897), Xavier Natal (1905) e Amaro Cavalcanti (1906). Juristas do mais alto porte, como Rui Barbosa, João Barbalho e José Higino inscreveram o seu nome na história do Direito pátrio. Militares de diferentes graduação, que haviam participado do movimento republicano: Os almirantes Eduardo Wandenkolk e Custódio José de Melo. Os generais Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, Floriano Peixoto e José Simeão de Oliveira. Ao todo, vinte e seis militares constituintes, todos eles de indiscutível honorabilidade: o general Alfredo Ernesto Jacques Ouriques. Antônio Adolfo da Fontoura Nema Barreto. O vice-Almirante Joaquim Cardoso Pereira de Melo, Barão de S. Marcos (titulado por Portugal). O contra-almirante Dionísio Manhães Barreto. O vice-almirante Eduardo Wandenkolk. O marechal Floriano Peixoto. O general Francisco de Paula Argolo. Os generais Inocêncio Serzedelo Corrêa, José Simeão de Oliveira e Severiano da Fonseca, irmão de Deodoro. O tenente José Augusto Vinhaes. O capitão José Bevilacqua. O major Lauro Severiano Müller. O coronel Marciano Augusto de Magalhães, irmão de Benjamim. Os maiores Pedro de Oliveira Galvão e Francisco Manoel da Cunha Júnior. O marechal Júlio Anacleto Falcão da Frota... Muitos deles se haviam distinguido por atos de bravura nas campanhas do Paraguai.

Outros membros dos governos de Deodoro e Floriano também saíram dessa assembléia: Rui Barbosa, Aristides Lobo, Campos Sales, Francisco Glicerio, Demétrio Ribeiro, Eduardo Wandenkolk, Rodrigues Alves, Serzedelo Corrêa, Felisbello Freire, Custódio de Melo, José Simeão, Gonçalves Ferreira, Amaro Cavalcanti, Joaquim Murtinho, Dionísio Cerqueira e Antonio Olinto dos Santos Pires.

Dos vinte e um Estados do Brasil nada menos de doze foram governados por oficiais militares pertencentes ao mesmo grupo: do Amazonas - o tenente Augusto Ximenes de Villeroy. Do Ceará o tenente-coronel Luiz Ferraz do Piauí. O coronel Gregório Gregório taumaturgo de Azevedo. De Mato Grosso - o brigadeiro (general de brigada) Antonio Maria Coelho. De Alagoas - o tenente Pedro Paulino da Fonseca, irmão de Deodoro. De Santa Catarina - o tenente de engenharia Lauro Severiano Müller. Do Paraná - o contra-almirante José Marques Guimarães. Do Rio Grande do Sul - o marechal José Antonio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas). De Pernambuco - o general José Simeão de Oliveira. Da Bahia - para substituir Manoel Vitorino - o marechal Hermes Ernesto da Fonseca, irmão de Deodoro. De Sergipe - o tenente-coronel Luís Mendes de Moraes.

Vale ainda notar que vários membros desse Congresso haviam sido republicanos históricos, entre outros, Francisco Glicerio, Alcindo Guanabara, Lauro Müller, Lopes Trovão, Saldanha Marinho, Sampaio Ferraz, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Deste último foi discípulo e pupilo o doutor Getúlio Vargas, cuja ascensão ao poder em 1930 trouxe em resultado a implantação da segunda República e subseqüentemente do Estado Novo, que profundamente modificaram e revolucionaram a situação política, social e econômica do país, inaugurando nova fase em sua tumultuada história.

Dos embates das opiniões entre uns e outros, trouxeram todos eles da vida pública sofridas amarguras, reconhecendo todos eles que não era essa a República dos seus sonhos.



# AS PRIMEIRAS ELEITORAS DO BRASIL

RENATO PACHECO

Neste ano em que o Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo completa seu primeiro centenário de instalação (no que acompanha, com poucos meses de diferença, a mais alta Corte do País) o que ocorreu em virtude da adoção do regime federativo no Brasil, devemos relembra outras modificações que o sistema republicano trouxe a nossa Pátria, em seu arcabouço jurídico-institucional.

O conceito amplo de cidadania previsto no art. 7º da Carta de 1891, que permitia o alistamento de eleitores aos maiores de 21 anos, incluindo as mulheres (o que era negado no período imperial) não seria facilmente aceito, e deu origem a inúmeros debates durante toda a República Velha. Não nos assustemos com o fato: a mulher eleitora é fenômeno recentíssimo nas democracias ocidentais.

Vamos relacionar, neste artigo, as três primeiras eleitoras que tiveram deferidos seu alistamento, no Brasil.

Durante muito tempo, pelo que me informaram quanto judiquei em Guaçu-ES, ela fora uma capixaba. Pesquisas posteriores levaram-me a reconsiderar meu conhecimento anterior, pois verifiquei que a primeira eleitora espírito-santense foi a terceira alistada, entre nós.

Hoje, com certeza, posso afirmar que a primeira eleitora do Brasil foi Dona Celina Guimarães Viana, residente à época de seu alistamento em Mossoró, RN, em novembro de 1927, deferido que foi seu pedido pelo MM. Juiz Israel Ferreira Nunes. Em honra do acontecimento, o povo mossoroense após à porta da casa em que então residia a 1ª eleitora placa comemorativa. O jornal **O Mossoroense**, edição de novembro de 1927, noticiava que "com a inclusão, no dia 25 de novembro p.pº do nome de Dona Celina Guimarães Viana, na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte, em virtude da Lei 660 de outubro último, sancionada pelo Exmº Sr. Presidente do Estado, teve o Brasil a sua primeira eleitora, e erigiu Mossoró mais um padrão memorável na sua vida de município paladino de altas e avançadas iniciativas".

D. Celina era líder feminista, e concitava as mulheres brasileiras a que seguissem seu exemplo. Veja-se, a propósito a reportagem de **O Globo** em 1/10/1971.

A segunda eleitora foi a estudante de direito mineira Mietta Santiago (Cf. **Veja**, 12/11/1986, p. 15). Conquanto o voto feminino só tenha sido autorizado a nível nacional, depois da Revolução de 30, pelo Decreto Federal nº 21.076, a universitária, estribando-se no supracitado art. 7º da Constituição Federal então vigente, requereu e obteve a condição de eleitora, em 1928. E mais que isto, candidatou-se, sem êxito, a uma vaga de deputada pelo Partido Republicano Mineiro. Fundou, outrossim, a Liga das Eleitoras Mineiras, e até a década de 50 foi uma das líderes feministas do Brasil, grande oradora que era, forjada nos embates dos tribunais populares do júri, das Alterosas.

A terceira eleitora é a capixaba, de Guaçu, Dona Emiliana Vianna Emery, valorosa e prestante cidadã, que, à época, foi efusivamente felicitada por Dona Bertha Lutz, pioneira do feminismo nacional.

Em sua cidade natal conta-se uma anedota, segundo a qual, Dona Emiliana, mulher decidida, costumava comentar: "Aqui em Siqueira Campos - Nome da cidade à época - só tem dois homens: eu e o Padre Miguel. E, ambos usamos saia...".

Folclore à parte, devemos ressaltar a grande importância dessa guaçuense de prol, que deixou numerosa e ilustre descendência.

Por sua inegável importância como documento histórico, transcrevo, com grafia atua-

lizada, a sentença do então Juiz de Alegre (a cuja jurisdição estava subordinado o então município do São Miguel do Veado, depois Siqueira Campos e hoje Guaçuí) deferindo a Dona Emiliana Emery a condição de 1ª eleitora de nosso Estado:

“Vistos os autos etc.

Requer D<sup>a</sup>. Emiliana Vianna Emery, com os documentos juntos a sua inscrição como eleitora do município de Veado.

Os documentos satisfazem as exigências regulamentares, porquanto rege no Estado a lei federal mandada aplicar pelo art. 20 da Lei nº 1706.

O ponto a examinar seria o de poder ou não ser eleitora a mulher.

Não vemos, porém, por onde se possa negar a requerente o direito de votar e ser votada no conjunto dos preceitos constitucionais da Federação brasileira. Quase sempre as decisões em contrário, têm procurado fundamentar em razões de duas ordens, esse seu modo de encarar o problema: no campo propriamente jurídico e no campo diretamente sentimental.

Uns dizem que a expressão cidadãos, empregada pelo art. 7º da Constituição federal, se refere tão somente aos indivíduos do sexo masculino, esquecendo-se de que nos passos constitucionais comumente citados por eles, há outras expressões equivalentes como - brasileiros, contida no art. 60 da Constituição, ultimamente revogado pela Reforma de 1926, que jamais ninguém deixou de compreender nelas homens e mulheres. Os exegetas constitucionais, não dão para negar a Mulher, o direito de voto, razões plausíveis, motivos que convençam, alegações que formem um princípio. Outros, abandonando por sovada essa argumentação, divagam para o campo sentimental: a mulher nasceu para o lar e para a constituição da família e daí, umas serodias explanações pelos domínios da biologia, da sociologia, da psicologia e até da religião. Se assim fosse, deveriam os textos legais expressamente vedar, fora do lar, qualquer profissão liberal a essa dedicada companheira do homem. O contrário, porém, é o que nos aparece diante dos olhos, e contrário aquela pretensão de enclausurar a mulher no lar, é o cenário soberbo do mundo. E diante da avalanche, cedem as maiores teimosias, tropeçam as práticas filhas da rotina, curvam-se os últimos egoístas do individualismo do século XIX. Atualmente, a mulher desfruta no seio das sociedades civilizadas dos mesmos direitos, dos mesmos deveres, das mesmíssimas obrigações que o homem. Compulsem-se as leis civis, os estatutos privados e públicos de cada país e encontrar-se-à essa verdade singela e irrefutável, para demonstração da qual são desnecessários os detalhes, as minúcias. Vem dirigir ministérios como o do trabalho em a terra das liberdades, a velha Inglaterra de estadistas: representar o povo nos parlamentos e congressos, governar estados, distribuir justiça, aplicar textos legais, e interpretá-los, entregar-se a pesquisas em laboratórios, praticar operações, defender os mais sagrados direitos perante os tribunais, exercer todas as profissões liberais, enfim concorrer na luta pela vida com o homem. Porque pois, negar-se entre nós, onde ela já quase todos os cargos exerce, o direito de escolher por meio do voto os seus candidatos aos cargos eletivos do país? Desorganizou-se por ventura a família, perderam as leis a sua função, nas sociedades organizadas politicamente, onde a mulher nas assembléias, pugnam pelos direitos da comunhão? Não há exemplo e nem os sentimentalistas podem-no apontar.

A nós, não se nos depara o porque e o em que possa o ingresso da mulher nesse último reduto da vida pública afetar a nossa sociedade. Pelo contrário, benéfica, será essa sua atuação na vida pública. Ela virá trazer uma onda de renovação aos homens públicos, aos quais as convivências têm privado da consciência e da convicção cívica. Ela virá trazer, no seu voto, na sua atitude, na sua eloquência, esse mágico poder de chamar ao aprisco os transviados, os que se curvam, os que se amoldam, visan-



do a comodidade dos pingues vencimentos, de gordas sinecuras. Ao menos corarão os homens sem vontade, diante da virtude forte de uma mulher a se opor com a fraqueza do sexo, aos desmandos de polentados histriões. Chama-se sempre a mulher ao lar, como se neste, também o homem não tivesse a sua parte como chefe da sociedade conjugal.

Na época de agora, em que vemos o direito, a regra jurídica, ir sendo absolvida pela regra moral, não é possível que se negue a mulher, essa infiltração tão precisa a um renascimento, para melhores dias, na nossa democracia republicana. No Estado particularmente, é questão vencida a admissão da mulher como eleitora. São do domínio público os votos dos luminares do Egrégio Tribunal Superior de Justiça, Christiano Vieira, Oscar Faria Santos, Carlos Xavier, Cassiano Castelo e Augusto Botelho e do então procurador geral Mirabeu da Rocha Pimentel, em os quase todos sustentaram com a sua prova proverbial erudição, que a Constituição não distinguia, na palavra cidadãos, o homem da mulher, tanto assim que elas não foram taxativamente enumeradas nas exceções abertas no passo constitucional. E essa decisão fora tomada num caso desta Comarca, habilitando uma senhora a um cargo judiciário. Mais dia, menos dia, para honra de nossa cultura, para serena elevação de nossos costumes políticos, para prática do verdadeiro regime constitucional, não há de a mulher com a fonte aureolada pelo talento e pela virtude sentar-se nas cadeiras dos antigos augustos representantes da Nação, dando ao homem a mais bela, a mais expressiva, a mais encantadora lição de civismo.

Assim, mando que a requerente seja admitida como eleitora no Município de Veado, desta Comarca. Publique-se.

Alegre, 25 de Julho de 1929.

Aloysio Aderito de Menezes."

Bela, bem lançada e profética decisão, que hoje se torna evidente com o grande número de mulheres que dignificam os altos cargos que ocupam, mostrando que, ombro a ombro, brasileiras e brasileiros podem construir uma grande Pátria.

No momento, vivemos uma grave crise econômica, porém a Carta de 1988 dá amplos direitos individuais e coletivos, e de de cidadania, com o voto garantido para a grande maioria dos cidadãos. Historicamente, não nos devemos esquecer que a inclusão de mulheres como eleitoras foi notável conquista humana - recentemente na maioria dos países - e que também ajudou a abrir às mulheres a possibilidade de ingresso nas mais importantes (e lucrativas) profissões, o que vem ocorrendo, paulatinamente, em nosso país, nas últimas seis décadas.'

As três pioneiras que enfrentaram a opinião pública machista da época, seguiram-se milhares de outras. E, oxalá o número de mulheres eleitas para os mais variados cargos públicos seja sempre crescente - e tanto quanto possível - proporcional ao número de eleitoras inscritas, pois a direção da coisa pública deve ser um empreendimento coletivo que igualmente interessa a homens e mulheres.

Vitória, 5/6/91



# COMENDADOR DOMINGOS RODRIGUES SOUTO

JOAQUIM PIRES AMORIM

Domingos Souto, natural de Portugal, veio bem moço para o Brasil, fixando-se no Espírito Santo.

Tendo aderido à independência do nosso país, recebeu a cidadania brasileira, como previa a Constituição de 25 de março de 1824.

Modesto negociante ao chegar, tornou-se em poucos anos membro do alto comércio e industrial bem sucedido, possuindo uma frota de pequenos navios para navegação costeira.

Deputado provincial da quarta a nona legislatura (1842 a 1853), vice-consul dos Estados Unidos em Vitória, nomeado pela Regência de 1833, o comendador Souto foi agraciado com a comenda da Ordem da Rosa, por ter prestado relevantes serviços à Terra Capixaba.

Era casado com D. Ana Pinho Souto, de antiga família baiana. Domingos Souto teve um irmão, o desembargador José Ferreira Souto, que presidiu a Província de Sergipe e representou o Espírito Santo na Câmara dos Deputados em 1864.

Assistimos na década de 1940, à demolição do tradicional Edifício "JOGNEL", situada na Praça 8 de Setembro, para dar lugar à construção da Agência do então Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, hoje Banestes. Era o último dos bens deixados pelo saudoso comendador, falecido em 1866.

Sobreviveu-lhe a esposa D. Ana Pinho Souto, falecida em 1882, com 83 anos de idade.

O casal deixou numerosa e ilustre prole que vem prestando ao Espírito Santo e ao Brasil, desde o século dezenove, incontáveis serviços.

FILHOS: D. Guilhermina, casada com Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, D. Lucrécia, casada com Manoel R. Campos, major Urbano Rodrigues Souto, falecido em 1882, D. Felícia, casada com bento José da Rocha (Fazenda União), D. Josefa, casada com Joaquim Belo de Araújo (Fazenda da Safra), Dona Aurélia, casada com Manoel José de Araújo Machado (Fazenda Fruteiras), Reinalda (falecida solteira) e D. Carolina, casada com Vicente José Gonçalves de Souza.

NETOS: Marechal Manoel Rodrigues de Campos (o primeiro capixaba a alcançar o marechalato), Dr. Domingos José da Rocha (foi diretor da Escola de Engenharia de Ouro Preto e governador do Estado de Minas), senador Domingos Vicente Gonçalves de Souza (por duas vezes representou o Espírito Santo na Câmara Alta), general João Teixeira Maia (falecido em 1911), D. Florência (Nêê), casada com o médico Antônio Gomes Aguirre (ex-governador do Estado), engenheiro Domingos Souto Belo, D. Ana, casada com o juiz federal Joaquim Pires de Amorim (o precursor do movimento republicano no Espírito Santo), D. Leonor, casada com o Dr. Leopoldo de Melo Cunha (várias vezes deputado geral e vice-presidente da Província), Antônio Rodrigues de Campos Sobrinho (embora civil, incorporou-se no dia 15 de novembro, as tropas comandadas por Benjamin Constant), D. Mariana, casada com Custódio Teixeira Maia, Vicente Rodrigues de Campos, Leopoldo Rocha, Reinaldo S. Machado, Teotônio Souto Machado, D. Virgínia, casada com José Joaquim Cerqueira, D. Ana Branca, casada com Felinto Martins, D. Aurélia, casada com Francisco Marques de Carvalho Braga, D. Felícia, casada com João Marques de Carvalho Braga.

BISNETOS: - Arnaldo Magalhães, Emiliano Belo de Amorim, Dr. Benedito Machado, Dr. Emílio de Melo Cunha, desembargador Horácio de Carvalho Braga, Dr. Joaquim Belo de Amorim, Dr. Rui Cerqueira, André Lima Machado, Múcio de Carvalho Fleuri da Ro-

cha, Dr. José Belo de Amorim, Artur Belo de Amorim, D. Julieta, casada com Alfredo Rebelo, D. Zulmira, casada com o general José de Araripe Macedo, D. Isabel, casada com o almirante Artur Pires de Amorim (ex-Diretor Geral do Serviço de Saúde da Armada), D. Edith Magalhães (solteira), Maurício Toledo Machado, tarquínio Magalhães, Caio Martins, Heitor Braga, Júlio Cerqueira, D. Leopoldina, casada com Dr. Carlos Augusto Nailor Júnior, Dr. João Belo de Melo Cunha e Dr. Leopoldo Cunha Filho.

TRINETOS: - Dr. Délio Magalhães (renomado jurista), Dr. Domingos Martins Fleuri da Rocha, D. Alda Hithchings Magalhães, casada com o senador Jones dos Santos Neves (ex-governador do Espírito Santo) e pai do deputado federal Jones Santos Neves Filho, D. Cerli, casada com José de Alencar Vivacqua, D. Izaltina, casada com Dr. Edgard Werneck, **almirante Zilmar Campos de Araripe Macedo** (ex-ministro da Marinha, **brigadeiro Joelmar Campos de Araripe Macedo** (ex-ministro da Aeronautica), D. Arlene, casada com Lauro Magalhães, Dr. Mozart Cerqueira, Ivo Martins, Dr. Carlos Fabiano Martins Garcia, Márcio Machado Madureira, Lívio Amorim, **D. Julieta**, casada com o **general José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti**, D. Ana Bárbara, casada com Dr. Mauro Pena, almirante Geraldo Cunha Pires Amorim, Dr. Cesar de Melo Cunha, Oswaldo Belo de Amorim, D. Maria Luiza, casada com Demétrio Barbosa de Amorim, Dr. Gabriel Martins Fleuri da Rocha, Décio Belo de Amorim, Wilson rebelo Braga, Luiz Vasconcelos Rosa e D. Ana Alba, casada com Dr. José Maria Gomes de Matos.

## CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

### CONSUELO SALGUEIRO Entre a literatura poética e a pintura

YVONNE AMORIM (\*)

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a partir de sua fundação, em 12 de junho de 1916, estabeleceu em seu artigo primeiro, objetivos científicos-literários com a promoção de estudos, investigações ou pesquisas, concernentes à história e geografia, especialmente ao que se refere ao Estado do Espírito Santo. Com isso, uma intensa programação de eventos culturais vem sendo realizada nesses longos setenta e quatro anos de atividades, onde se destacam assuntos de natureza científica ou literária, reuniões e conferências, sempre promovendo o progresso e o engrandecimento deste Instituto e o Espírito Santo.

Convidada por esta Casa de Domingos José Martins, para proferir uma conferência sobre a personalidade e a arte de Consuelo Salgueiro, sinto-me honrada pela deferência. Como membro efetivo deste centro de cultura, vale registrar o empenho da atual Presidência, incluindo em seu programa a divulgação da gente capixaba que considero da maior importância e significação. O evento que hoje se realiza me dará oportunidade de analisar e homenagear uma grande mulher e uma das mais fortes personalidades, sua arte, sua vida, lutas, decepções e alegrias e o mais emocionante, poder retratar consuelo Salgueiro de dentro de uma convivência de longos anos.

Como definir a mulher Consuelo Salgueiro? No conceito de vários depoimentos assim disseram os que privaram de sua intimidade: "personalidade forte, evoluída e avançada anos luz para a sua época, corajosa, destemida, sensível, romântica, compreensiva mas enérgica quando necessário. Extremamente inteligente, conhecia pelo olhar as pessoas. Excelente amiga e fiel à modernidade, não se chocava nem se surpreendia com fatos ou comportamentos". "Em Consuelo Salgueiro, duas qualidades mais vivas que espelhavam a sua alma: a integridade que chegava a ser comovente, hoje, de certa forma, desajustada para nossa época e a preservação rígida, de seu lado emocional que não lhe permitia expor a intimidade de seus sentimentos

---

\* Conferência pronunciada no dia 19/09/90, ocasião em que a consócia doou ao Instituto o quadro "Igreja de Santiago", de Consuelo Salgueiro.



Consuelo Salgueiro enfrentou e venceu com muita coragem todas as barreiras que pudessem atropelar o seu longo caminho em busca de sua própria verdade. Acredito que tudo isso, a sua condição de ser, teve muito com o seu orgulho e o lado espanhol, descendente que era de pais espanhóis, Vicente Domingues Salgueiro e D. Antônia Barbo Y Brabo. A história de D. Antônia, mãe de Consuelo, tem muito a ver com a história da Espanha, no século XIX. D. Antônia não veio para o Brasil como imigrante, mas a sua viagem teve lances trágicos e emocionantes. Casada em primeiras núpcias com um oficial do exército espanhol, residia em Gibraltar, onde servia seu marido, uma região de muitas lutas, brigas e conflitos de rua para os espanhóis que jamais aceitaram e se conformaram com a ocupação de Gibraltar pela Inglaterra colonizadora. Numa dessas brigas, o primeiro tenente Henrique, marido de D. Antônia, bateu-se em duelo e matou um inglês. E o governo espanhol, para solucionar o problema, porque não interessava ao rei criar um caso diplomático entre a Espanha e Inglaterra, ajudou e facilitou a sua fuga para a América do Sul. No exílio ele se fez acompanhar da família que reunia a mulher e duas filhas, Manuela e Annita, naquele tempo em que navegar era preciso, as viagens eram muito longas de um continente para outro, num percurso de mais ou menos quarenta dias, da Europa para a América do Sul, com destino ao Brasil. Durante a viagem, o marido de D. Antônia adoeceu e veio a falecer a bordo e, por ordem irrevogável do comandante do navio ela foi obrigada com seu defunto marido, a desembarcar no primeiro porto, nesse caso em Vitória, no Espírito Santo. Dizia D. Antônia, ao referir-se a essa acidentada viagem de emoções e sofrimentos, que recebeu em Vitória a compreensão e ajuda da Colônia espanhola, que cuidou do enterro de seu esposo, assim como, durante algum tempo lhe deu assistência material e conforto espiritual, pois a reserva de que dispunha para a sua manutenção e das filhas não daria para cobrir as despesas por muito tempo. Devido a esse contato permanente com os espanhóis ela depois veio a conhecer um outro espanhol, Vicente Dominguez Salgueiro, com quem se casaria. Vicente Salgueiro, já residia há algum tempo no Espírito Santo, mais precisamente em Cachoeiro de Itapemirim, onde tinha negócios com firma de construção, mas era em Vitória, como grande boêmio, que costumava frequentar as rodas alegres da cidade. Apresentado à jovem viúva que era muito bonita, apaixonou-se à primeira vista, casaram-se em seguida e levou-a, com as filhas, para residir em Cachoeiro de Itapemirim. E lá nasceram as duas filhas do casal - Consuelo e Helena. Posteriormente Manuela e Annita, que foram criadas por Vicente Salgueiro, casaram-se. Annita com o industrial Antônio Sobreiro, não tiveram filhos. Manuela teve os filhos Ormi, Lélia, Roberto e Amy Brabo Saletto, no primeiro casamento. Ciula e Cilma Brabo Alves, no segundo casamento.

Vicente Salgueiro, seu irmão Urbano e um amigo, José Landeiro, naturais de Tuy, na Galícia, norte da Espanha, vieram para o Brasil em 1877. Chegando ao Rio de Janeiro, tomaram o rumo de Cachoeiro de Itapemirim e lá fixaram residência. Vicente Dominguez Salgueiro, era um jovem de vinte anos de idade.

O cineasta Sanin Cherques, amigo da família, conheceu Dna. Antônia na casa de Consuelo Salgueiro, no Cosme Velho. Era uma senhora extremamente austera, que sempre se vestia de preto. Também um outro amigo da família, o pintor Fernando Barreto, não só a conheceu como pintou o seu retrato, em traço crayon, talvez um de seus mais lindos trabalhos. Era surpreendente observar Dna. Antônia, com toda aquela seriedade, vinda de uma religiosidade que só a severidade do matriarcado espanhol explica, ao contrário da filha, sempre muito atenciosa com ela, mas inteiramente liberal chegando de Vitória, da província, que não era o Rio da década de 30. Como explica Maurício Salgueiro "a austeridade e severidade da minha avó, vem do nome. Não se

esqueçam que ela se chamava Antônio Brabo y Brabo Salgueiro”. A velhinha era calada, muito silenciosa, mas tirânica, completou Sanin.

Consuelo Salgueiro, saiu de Cachoeiro de Itapemirim, para morar em Vitória aos oito anos de idade, quando seus pais transferiram a residência para a capital. Em Vitória, deu continuidade aos seus estudos, formou-se pela Escola Normal Pedro II, foi professora do Grupo Escolar Gomes Cardin e fez curso de pintura, desenvolvendo o seu interesse pelas artes, inclusive no desenho artístico. Também em Vitória, iniciou o jornalismo, escrevendo artigos e desenhando ilustrações para a revista “Vida Capixaba”, integrando-se à intelectualidade da terra, ainda muito incompreendida e marginalizada naquele tempo. Foi nessa ocasião que se fez amiga da poetisa Haidée Nicolussi, amizade que se fortaleceu no Rio de Janeiro, quando foram residir na Cidade Maravilhosa.

Em Vitória, conheceu o advogado Ivo Felisberto de Souza, com quem se casou e teve dois filhos, João Vicente e Maurício. O casamento para Consuelo foi um impressionante desencontro de idéias. Esclarece o seu filho Maurício que, à medida que a sua mãe sentia vontade de conhecer o mundo e as pessoas, de extravasar os seus ideais em busca de novos caminhos e de afirmação de sua personalidade, o seu pai, fiel ao conservadorismo e ao machismo do homem brasileiro, defendia o conceito mulher/casa/cozinha/serzir meias, enfim, a cobrança diária que destrói qualquer relação e que oferecia para a mulher casada o mundo do lar, marido, filhos, ou seja, a família. O casamento resistiu a três anos de incompreensões mas eles nunca chegaram a se desquitarem ou divorciar, mantendo, devido aos filhos, um relacionamento muito amistoso. Com isso, ela voltou a suas atividades de trabalho, ao curso de desenho e pintura e iniciou a dar aulas de português, e de artes em geral, julgando que teria alunos suficientes, porque já era conhecida como professora de elevada cultura. Entretanto, isso não aconteceu, tornando-se bem precária a sua residência em Vitória, apesar do desejo de aqui continuar com os dois filhos. Sensível e inteligente, concluiu que jamais as mães da sociedade capixaba, muito conservadoras ainda, iriam matricular as suas filhas num curso, cuja professora, era separada do marido. Já foi muito difícil em outros tempos para uma mulher separada ou desquitada, permanecer nas cidades do interior, até mesmo nas capitais. A sociedade marginalizava as mães e os filhos. Consciente do problema, Consuelo Salgueiro, optou em residir em um centro irradiador como o Rio de Janeiro, a cidade mais avançada na época e para lá se transferiu com os filhos. No Rio de Janeiro, trabalhou arduamente e lutou por sua sobrevivência, conseguindo remover as dificuldades iniciais, retomando as aulas de pintura e desenho e dando aulas de português e artes, em vários colégios do Rio de Janeiro, como o Mallet Soares, Melo e Souza e outros.

Tempo depois, foi nomeada para o serviço público federal, no cargo de redatora, no Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério de Educação, onde militou até aos 70 anos. O Instituto Nacional do Livro, um órgão importante na vida literária do Brasil, reunia em seu quadro de talentos entre outros: José Renato dos Santos Pereira, diretor do órgão e Dr. Otávio Alvarenga, Coordenador da Enciclopédia. No setor de redação, além de Consuelo Salgueiro, os professores José Galante de Souza (diretor). Antônio Gomes, Ronaldo Menegaz, Vitor Cardoso, Antônio Simões e Salvador Monteiro responsável pelo setor de Artes Gráficas. O professor Carlos Cavalcanti como crítico de artes era assessorado por Conceição Drumond, Gilda Costa Pinto, prof. Antônio Geraldo Pinto e a pintora Conceição Pinheiro. O INL ao tempo de Consuelo Salgueiro, teve mais dois diretores, o General Umberto Peregrino e a escritora Maria Alice Barroso. O Rio de Janeiro, de fato, abriu as suas fronteiras culturais recebendo Consuelo Salgueiro, abrindo-lhe oportunidade. E isso foi possível e conquistando com a inteligência e a



cultura de Consuelo, sempre interessada em novos caminhos para atingir os objetivos e a tudo que se propôs realizar. O mais importante nessa mulher corajosa e independente foi a sua energia, sua fonte de querer saber e a sua constância no aprimoramento das artes e de sua criatividade artística. As pessoas que com ela conviveram são unânimes em ressaltar a sua qualidade de ser solidária, são unânimes em ressaltar a sua qualidade de ser solidária, não apenas com os amigos, mas contra qualquer injustiça. Em pouco tempo, essa mulher de mente aberta e universalista passou a conviver com a intelectualidade do Rio de Janeiro. Por sua grande capacidade de se identificar com as pessoas, essa intelectualidade passou à frequência assídua em sua casa no Cosme Velho, incluindo-se literatos e artistas que, por sua condição orgânica, sofriam restrições das pessoas. Nos dias atuais, essa restrição, uma espécie de barreira intransponível, vai sendo derrubada e a própria velha senhora Inglaterra que antes os penalizava, aboliu arcaicos conceitos sociais, aceitando a sua convivência. Diz Maurício Salgueiro, "eles iam lá pra casa quando se sentiam, em depressão, para se lamentar nos ombros de mãe e dela recebiam apoio e respeito. A mãe era o próprio muro de lamentações".

Consuelo Salgueiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 12 de fevereiro de 1906, e como todo cachoeirense era apaixonada por sua terra natal. Sem paixões exageradas ela gostava de alimentar o seu lado místico. E para se ter idéia da dimensão desse misticismo, certa vez ela foi a uma cartomante que prenunciou a sua morte aos 76 anos. E ela acreditou nisso com tal passividade que o Maurício não entendia nem aceitava. "Mãe, não vai acontecer nada", e de fato não aconteceu. E, quando ela completou 77 anos ele cobrou: - "77, cadê a cartomante?" Consuelo somente faleceu logo depois de completar 81 anos, em 22 de fevereiro de 1987. Outra ocasião, eu interpelei-a: "Querida, por que você fuma tanto, isso é prejudicial a sua saúde e, ainda mais, você tem enfizema". Ela de pronto replicou: - "Não adianta Yvonne, deixa eu fumar, eu gosto tanto. A cartomante predestinou a minha morte aos 76 anos. Eu estou beirando os 73, não adianta, eu vou morrer mesmo". O cigarro foi o seu grande companheiro até a morte. Apesar de proibida do vício por ordem médica, ela nunca obedeceu e a todos ela driblava, que era o lado de sua cumplicidade com as coisas. Então, reunidos na sala, na maior conversa, ela olhava para um lado e para o outro, saía de mansinho e ia tirar escondido as suas fumaçadas.. Quando mais tarde ficou gravemente enferma, por uma doença irreversível, ela nunca abandonou o inseparável amigo - o cigarro. E nunca respeitou as recomendações médicas. Consuelo queria viver os seus prazeres.

Sanin Cherques, em seu depoimento sobre a incrível personalidade de Consuelo Salgueiro, também se refere especialmente sobre a sua fase mística, uma espécie de refúgio depois da morte de João Vicente em Paris, França, ocorrida em 1981. O golpe foi muito grande e ela jamais se conformou. E dizia sempre que não valia mais a pena viver. Depois ela foi ao encontro de novos caminhos religiosos e foi nesse momento que o lado místico se revelou mais forte. Consuelo foi uma cristã, apaixonada pela figura de Jesus Cristo, mas pouco assídua aos ofícios religiosos, considerando-se livre pensadora e por força do sofrimento e da saudade enorme que tinha de João Vicente, ela procurou outros canais, mostrando uma enorme curiosidade. Já bem idosa, ela descobriu que o Maurício e Sanin Cherques, tinham um amigo comum, o Joaquim de Oliveira, que residia em Uberaba, a terra de Chico Xavier. E insistiu que a levassem a conhecer o famoso médium, por quem nutria uma grande admiração. Diz Maurício, que a sua mãe era uma apaixonada pelo Além, não importando qual o caminho, acreditando ela, que através de seu filho. Essa viagem à Uberaba nunca aconteceu, a conselho médico, devido ao seu preocupante estado de debilidade. Ela já estava morrendo, aos pou-



cos, com saudades de João Vicente. Nos últimos anos de vida, dedicou-se aos estudos de Rosa Cruz, o seu último refúgio, sempre insistindo no lado místico em busca de outras verdades, que o seu ceticismo não permitiu. E adotou o preto e branco até a morte.

Sanin Cherques, quando se refere ao grande carinho e admiração por Consuelo Salgueiro, faz um retrocesso no tempo, para falar da casa do Cosme Velho, um pequeno apartamento com varanda, onde residiam Consuelo e os filhos. - "Era uma casa acolhedora, onde um grupo de jovens, saindo da adolescência, se reunia para estudar com João Vicente e Maurício. As reuniões eram noturnas, com muito debate, discussões, muito cigarro. A gente atravessava a noite, tomando remedinho para não dormir, cafezinho, de vez em quando rolava um vinho ou uma caninha. E Dna. Consuelo chegava, dava uma olhada, uma vagueada e saía.

Sempre discreta e sem fazer nenhum tipo de censura. Eu tive a felicidade e o privilégio de participar dessa fase de fim de ginásio e científico, convivendo com várias tendências, aqueles que seriam médicos, advogados ou jornalistas, outros que seriam engenheiros ou artistas, tudo com muita receptividade. Fora os "pingentes" que eram da família e sempre estavam por lá, como Guilherme e Sandra Diekens, Nara Saleto, Raul Guy, que devorava toda a comida sem dar "colher de chá" para ninguém. A Dna. Consuelo fazia um comentário - "ele é muito voraz", mas nisso não ia nenhuma crítica, tudo era dito com generosidade e uma surpresa alegre. Ela sempre soube dialogar com os jovens e os adolescentes e eu me recordo que era assim uma conversa muito viva e saudável. Com o passar do tempo, não para mim que sou conservador, mas para os outros ela virou Consuelo e o dona foi inteiramente abolido. Para o Albino Pinheiro e o meu irmão Sérgio, quando nos encontrávamos na rua, era a mesma pergunta: "E a Consuelo, como vai?" Com ela a ampulheta não funcionou, parou na metade do caminho, quer dizer nós envelhecemos, mas ela não perdeu, assim, o vigor daquela mãe que adotou a todos como filhos, uma pessoa que sempre foi, mas com energia e bom humor. Naquela época, Dna. Consuelo gostava muito de rir de uma boa piada, adorava uma mesinha de jogo e jogar buraco. No jogo dos feijãozinhos, ninguém conseguia ganhar dela. Depois vieram os tempos de universidade e o grupo foi seguir novos caminhos, mas eu nunca mais me afastei deles, com um relacionamento mais diário, inclusive, fui hóspede de Dna. Consuelo durante algum tempo. Eu ficava lá com todas as minhas extravagâncias, as vezes, acordando às 5 horas, outras chegando a meia-noite ou 1 hora e ela, sempre com aquela cortesia que talvez a minha mãe não tivesse. Nessa época, eu estava começando a fazer cinema, chegava lá para as dez ou onze da noite, muitas vezes levando o ator principal. Na verdade, eu estava deslumbrado com o cinema e não tinha desconfiômetro para entender certas coisas. Muitas vezes a Dna. Consuelo já estava recolhida, mas assim que eu chegava ela vinha para a sala com aquela gentileza que lhe era peculiar, com elogios para o ator e sem dizer nada que pudesse ser constrangedor ou decepcionante. Esses episódios marcam a sua personalidade com lances fascinantes, como a expedição científica que João Vicente, Maurício e Sérgio Rolim, resolveram realizar em Gurupi, no interior do Maranhão. Tudo registrado no Conselho Nacional de Pesquisas. Eles levaram anos economizando, compraram armas e munições e uma câmera de filmar. Interessados em cinema, pensavam em produzir um documentário desta viagem em busca de ouro, sem Charles Chaplin. E Dna. Consuelo acompanhando aquela movimentação no "fale baixo", para o Dr. Ivo, que sempre estava por perto, não descobrir. No dia do embarque, Dna. Consuelo, dando a maior força e o rádio-telegrafista do navio, seu velho amigo de infância e capixaba. Mas o Dr. Ivo acabou descobrindo tudo e ficou enraivecido. "É uma loucura, dizia, esses meninos vão contrair malária ou outras doenças", ameaçando interditar a viagem.

"Vou denunciar que essa expedição vai ser integrada por caçadores clandestinos e mercenários", enfim, ele estava disposto a impedir a viagem, usando qualquer artifício. Na verdade, eles levavam munição que daria para matar todos os Yanomamis da Selva Amazônica. A viagem, no início, era de um grupo numeroso, que foi desistindo com o passar do tempo, um a um, ficando reduzido a João Vicente, Maurício e o Sérgio Rolim. Eles não entendiam de selva e o máximo que conheciam era as matas nos arredores de Cachoeiro de Itapemirim. E o que fez Dna. Consuelo? Ela se fez cúmplice dessa expedição, dando o maior apoio a essa aventura desvairada. E embarcou o Maurício e o Sérgio Rolim no tal navio, com muitas recomendações, ao amigo capixaba, enquanto o João iria de avião para embarque no porto de Vitória. Era um desses navios tipo Ita ou galé que vão parando no caminho marítimo em vários portos. - "Vão vocês, ela dizia, sem o João Vicente, para o Ivo não desconfiar. E se a polícia bater por lá não vai poder apreender a munição". Ela, com João Vicente, se mandaram para o Santos Dumont e tomaram um avião de carreira Rio-Vitória, carregando sessenta quilos de balas numa valise que ficou pesada como chumbo. E o João que não dispunha de dinheiro para o excesso de bagagem, ficou revezando a valise com Dna. Consuelo, com todo cuidado para não levantar suspeitas, pois ali, em termos de peso, viajava um outro passageiro. Naturalmente que ela entendia que os filhos estavam na idade das experiências e não bloqueou esse sonho, essa fantasia. Eles embarcaram nessa aventura, incentivados por Martim Napoleão, hóspede da casa, que chegou para o Maurício e João Vicente, desenrolou uma planta e disse: "Eu tenho aqui um mapa, uma planta que dá todas as dicas para localizar uma mina de ouro, lá em Gurupi, no Maranhão". E eles, eufóricos, começaram a juntar tostões, numa verdadeira economia de guerra. Ela, então, depois que embarcou os filhos desabafou apreensivamente: - "O Martim Napoleão é um irresponsável. Como é que ele bota na cabeça desses dois uma aventura dessas?" Decorridos muitos dias, deixaram de chegar notícias. Foi aí que ela se apavorou e só se tranquilizou, apesar das desgraças no texto do telegrama que dava conta na malária de João Vicente, dos vinte quilos de peso a menos de Maurício, que a bagagem tinha desaparecido e a câmera de filmar levada pela correnteza do rio, enfim, pensou, eles estavam vivos e respirou aliviada. Providenciou, então, as passagens, porque eles estavam completamente sem dinheiro até para comer e, por milagre, conseguiram convencer ao telegrafista de passar o telegrama fiado. Esta foi a Dna Consuelo que conheci e sempre admirei, que não gostava de cercear os filhos, os amigos e as pessoas. Fui ainda seu aluno de pintura e apesar de minha falta de talento, ela sempre me incentivou".

As reuniões na casa do Cosme Velho, continuaram ainda por muitos anos, sempre movimentadas por diferentes grupos, tendências, manifestações artísticas. Quando os filhos ficaram homens, começou a fase dos namoricos e novos amigos ali se reuniam, como Vilma Guimarães Rosa, Zany Roxo, Agnes Guimarães Rosa e outros que foram se agregando. Depois, alguns se casaram, outros se separaram e nessa sucessão de gente que entrava e saía, havia sempre renovação de valores e tudo muito envolvido com as artes. Depois, foi a vez de um grupo de poetas e declamadores portugueses que ali se integrou, com noites maravilhosas de tertúlias que reuniam Villaret, Martinho Severo, Rabelo de Almeida e muitos outros. Martinho Severo, declamador, professor de canto e impostação de voz, era um fidalgo português que sabia como ninguém a arte de dizer poesia. Nessas famosas tertúlias declamavam os poemas de mais de cinquenta autores da poesia contemporânea portuguesa, destacando-se Fernando Pessoa, Sá Carneiro, Miguel Torga, Florbela Espanca e José Régio, o célebre autor do poema "Cântico Negro", presença obrigatória em cada sarau. Os assuntos sempre abordados, colocavam em pauta as fases da poesia, da literatura, renovação do clássico



para o moderno e das artes em geral, com pessoas que ocupavam cadeiras cativas, outros na arquibancada ou na geral, que se renovavam. E sempre pintava na área uma presença nova. Nessa época, o Vivaldo Costa Lima passou a ser assíduo nesses encontros de cultura. Ele foi, na Bahia, o responsável pela conscientização da importância do Pelourinho e sua restauração e dirigia na época, o Museu de Artes Africanas em Salvador.

Consuelo Salgueiro teve uma efetiva convivência com os críticos e artistas plásticos, no Rio de Janeiro. Era um grupo de notáveis integrado por Calmon Barreto que pintou o seu retrato, Bandeira de Mello, Mario Lurtz, Júlio Vieira, Angelo Proença Rosa, Carlos Cavalcanti e muitos outros. O seu conhecimento com o professor Carlos Cavalcanti, deu-se no Museu Nacional de Belas Artes, onde ele dava um curso muito amplo sobre História da Arte a que ela compareceu com muita assiduidade. Maurício, recém saído da Escola Nacional de Belas Artes, era assistente de ensino e estava iniciando a sua carreira com as primeiras exposições. E duas dessas exposições, uma na Galeria Vila Rica e outra no Museu de Arte Moderna, tiveram o texto e a apresentação pelo professor Carlos Cavalcanti. João Vicente, recém-chegado da Espanha, onde especializou-se em direito internacional e História da Arte, preparava-se para ingressar na área da crítica e ensino da História da Arte. Posteriormente, ele casou-se com Francisca Briggs Ribeiro e foi nomeado professor de História da Arte nas Universidades do Espírito Santo, Estado do Rio e no Centro de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Em função desse relacionamento com as artes, Consuelo e os filhos, passaram a uma convivência muito fraterna com Carlos Cavalcanti, comparecendo com assiduidade às reuniões de sexta-feiras da família, e eles, por sua vez, passaram a freqüentar as reuniões no Cosme Velho. Além disso, surgiu uma grande afinidade profissional entre Consuelo e Carlos Cavalcanti e no final de 72, ela já estava trabalhando como sua assessora na coordenação e edição do Dicionário de Artes Plásticas, publicado pelo Instituto Nacional do Livro.

Consuelo Salgueiro, surpreendia pelo espírito evoluído e entendia ser necessário amar para crescer. E o amor teve muita importância em sua vida. Amou os filhos, os amigos e tudo relacionado com a vida e família, cultivando o senso que não admitia falhas ou fraquezas. Sabia perdoar, sem esquecer mágoas, os desencantos com que a escola do mundo testa e nos aproxima do ato de ser tolerante. Alerta aos que lhe ofereciam a oportunidade de conhecer, fez de sua modéstia a forma de viver, sempre em busca de perfeição que vem da sabedoria. Mas a grande chave de sua vida, o elo de toda essa resistência foi na sua forma mais justa e leal - o amor.

Zany Roxo, a filha que Consuelo não teve, porque lhe deu somente filhos homens, era uma criança agitada, difícil de uma concentração e que precisava estudar. Celina Rocho Echmann, sua mãe, não sabia como resolver o problema e foi aconselhar-se com a sua grande amiga Consuelo Salgueiro. Elas se conheceram em Vitória, quando o marido Frederico Echmann, engenheiro, veio construir algumas obras aqui na Ilha. Com aquele espírito de solidariedade que era uma de suas características, Consuelo prontificou-se em orientar a educação de Zany e como nela ser professora era um estado de graça, assumiu a sua educação. Zany, que jamais freqüentou a escola, fez curso de português, matemática, história, geografia, francês, etc. preparando-se no nível primário e ginasial.

Para Consuelo, entretanto, a sua maior realização pessoal, foi o sucesso profissional dos filhos e ser professora de artes. Estudou Belas Artes com Maurício, História da Arte e advocacia com João Vicente. Dedicada e excelente filha, foi mestra maior dos filhos e seus amigos. Como foi importante para ela o sucesso de Zany e Sanin, os filhos dentre muitos que ela adotou. Em seus desabafos ela dizia-se "arrependida de



não ter vivido com maior intensidade a sua própria vida". Deixou-se envolver pelo turbilhão do dia-a-dia, para dar o melhor para os filhos. - "Passei a vida inteira contanto tosse e agora estou velha, com dinheiro e não sei o que fazer". Certa vez a Zany perguntou: - "O que você define na vida, uma pessoa como linha do meio?". Ela respondeu: "Eu sou a linha do meio". "Como explica isso, tia Consuelo?" E ela respondeu: - "Eu nunca me deixei levar pela emoção dos impulsos, embora eu fosse toda emoção. Talvez pela educação de época recebida, os preconceitos, verdadeiros grilos, que nos levam a respeitar e obedecer todas as regras sociais", - "Você se arrepende?" "Muito. Se eu soubesse de todas as verdades, jamais eu seria linha do meio, mesmo na pintura, que foi a linha do meio final". E conclui: - "Jamais deixei extravasar as minhas fantasias, sufocando sonhos e emoções. Eu não tive coragem de ser você". A personalidade de Consuelo Salgueiro, tem muito da tristeza, do sofrimento espanhol, é importante que se fixe isso, talvez por ter negado a si mesma o direito de ser feliz como mulher. Perguntei ao Maurício Salgueiro se foi a sua mãe que o fez optar pela escultura como profissão. - "Não, ela não acreditava, eu estava me preparando, ela não acreditava. Eu cursava o primeiro ano de engenharia, não por ela, mas pela estrutura social de época, porque a Engenharia seria uma profissão de resultado prático, mais viável, mais seguro, mais certo. O meu interesse por arte é desde criança e sempre estive ligado em arte. Mas se não tivesse esse clima em casa, talvez não tivesse desenvolvido um sentimento mais sério e definido. A gente convivia diariamente em casa com um clima de cultura e arte muito grande e isso ajudou muito. As reuniões com intelectuais e artistas plásticos tudo isso colaborou, mas era a minha formação porque, praticamente, só cursei o primeiro ano de engenharia, enquanto sempre tive muita ligação com a arte. Isso também aconteceu com João Vicente que se formou em Direito, chegou a Vice-presidente do Sindicato de Classe e, paralelamente, cursou museologia, nessa coisa diária de identificação com artes. Cursei ainda dois anos de museologia, mas estava interferindo no curso da Escola de Belas Artes, onde fiz escultura, e eu tive forçosamente de optar. O curso de Belas Artes versava, para meu interesse, com coisas muito próximas de meu ideário, enquanto a museologia interferia e me obrigava a ausência em muitas atividades do curso de escultura. E o pior, tinha de aturar um bando de incompetentes que eram os professores de museologia e o curso era tão ruim que me irritava. Resolvi, então, abandoná-lo no 2º ano". Para o filho Maurício Salgueiro, indiscutivelmente, Consuelo foi pai e mãe e a sua maior incentivadora. E nunca, diz ele, decidiu fazer alguma coisa sem o estímulo dela, desde a alucinada viagem a Gurupi, no Maranhão, tão bem colocada no depoimento de Sanin, um episódio que envolveu risco de vida que ela apoiou para não cercar a iniciativa dos filhos. "Nunca, em momento algum ela tentou cortar tudo que eu quisesse fazer", foi taxativo. O escultor Maurício Salgueiro, durante o curso de escultura na Escola Nacional de Belas Artes, conquistou todos os prêmios: 1º prêmio no 2º ano de escultura no Salão Nacional de Belas Artes e medalha de prata no Salão Municipal do Rio de Janeiro. No 3º ano da escola, conquistou a medalha de bronze no Salão Nacional. No 4º ano da escola, arrebatoou a medalha de prata e no ano seguinte, a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes. Finalmente, dois anos depois, conquistou no Salão Nacional, o mais importante e valioso que é o "Prêmio Viagem ao Estrangeiro", com a escultura da bailarina Sandra Diekens. E o mais significativo foi a conquista no mesmo Salão Nacional do "Prêmio Viagem" e o "Prêmio de Aquisição" é adquirido pelo Salão com verba própria e dividida entre os melhores trabalhos apresentados. Perguntei ao escultor Maurício Salgueiro como ele recebeu, qual a sua emoção em ser premiado duas vezes no Mesmo Salão Nacional de Belas Artes. - "Eu enviei dois trabalhos, a escultura de Sandra Diekens que

me deu o “Prêmio Viagem” e uma cabeça em gesso do pintor Ângelo Proença Rosa. Isso porque, dificilmente eu ganharia o “Prêmio Viagem” por norma ainda hoje adotada pela Comissão julgadora, de não premiar o artista que concorresse somente com um trabalho, porque ficaria difícil avaliar o conjunto. Na verdade, a minha meta era o “Prêmio Viagem” e para fazer conjunto enviei esses dois trabalhos. Eu não esperava a premiação dos dois e foi uma feliz surpresa para mim”. Todos os seus trabalhos premiados fazem parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

Maurício permaneceu 2 anos na Europa para estudos, com residência em Madrid e se fez acompanhar nessa viagem por Consuelo Salgueiro. Consuelo adorava viajar e mais tarde voltou à Europa para um longo passeio na Alemanha com temporada em Colonia, em visita aos sobrinhos Guilherme e Sandra Diekens que ali residem há muitos anos. Em viagem aos Estados Unidos, passou temporada em Los Angeles, hóspede de Zany Roxo, que ela amava como filha e a esta altura estava casada com o produtor de cinema, o americano Burt Astor.



## CONSUELO SALGUEIRO, NA ÓTICA DA PINTURA

Ficha técnica inserida às fls. 152 do Dicionário Brasileiro de Artes Plásticas, editado em 1976 pelo Ministério de Educação e Cultura:

Salgueiro, Consuelo - (C. de Souza, Cachoeiro do Itapemirim, ES, 1906). Discípula de Ciro Sodré, Edson Mota e Georgina Albuquerque. Dirigiu em Vitória, Espírito Santo, o Atelier de Arte Aplicada. Trabalhou no Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos do Ministério da Educação e Cultura até 1976, ano em que se aposentou. Participou do Salão de Artes Plásticas de Vitória, Espírito Santo (1957); da Exposição Consuelo e Ma-boim, realizada em Copacabana, Rio de Janeiro (1957); Galeria Vila Rica, Rio de Janeiro (1965); Salão Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro, (1950, 1972); do Salão Feminino de Belas-Artes, Rio de Janeiro, (1973, 1975); Salão Batista da Costa, Petrópolis, Rio de Janeiro (1973); Salão de Artes-Plástica de São Lourenço, São Lourenço, Minas Gerais (1973); Exposição da Associação dos Servidores Cívicos do Brasil, Rio de Janeiro (1973, 1975, 1976), Salão da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, Rio de Janeiro (1970 e 1974) obtendo menção honrosa e medalha de bronze do "Brasil de Arte Jurismo" - Ano II - no Shopping Cassino Atlântico, Rio de Janeiro (1978).

Outros prêmios foram conquistados após 1978, incluindo-se medalha de prata e três medalhas de ouro, onde foram premiados temas do Largo do Boticário, e Marinhas.

Bardi em seu conceito na Pequena História da Arte, diz que a pintura é arte mais idealizante, enquanto a escultura é a consideração e a realização de um volume indefinido, no espaço indefinido. "Se a pintura é arte mais idealizante ela é, também, a contemplação do engano, espaço representado com a ficção da perspectiva, atmosfera, fisionomia, fatos, jogos, movimento, sentimento, pinceladas, colocados numa imagem onde o desenho e a cor evocam, um mundo irreal". E prosseguindo na sua obra contemporânea de que, "a pintura, é uma amável convite à divagação, e faz com que nos comportemos justamente como quando damos asas à fantasia, como fuga da realidade que nos rodeia. Para ele, no entanto, é ponto pacífico que a pintura é uma afeição àqueles que fogem do verdadeiro objetivo, para atingir no inesgotável ditame da fantasia, o universo das imagens e das suas combinações".

Na verdade, a partir da Idade Média até os dias de hoje, e ao longo da evolução das várias técnicas de pintura, cada artista tem o seu segredo, a sua magia que é a preferência do tema, não se sentindo plenamente satisfeito com o comum, mas de uma forma que seja pessoal. E é conceito firmado que a arte à nossa época, como nenhuma outra provou o vinho da liberdade, e cada artista procura um caminho inédito, uma faceta inexplorada e autêntica, não aceitando a imitação que desvaloriza e a escravização da personalidade.

A pintura de Consuelo Salgueiro, tem muito a ver com esses conceitos e suas diversas fases, embora ela seja sempre fiel à figuração. Durante os anos que pintou ela fez alguns intervalos e retomadas da pintura. O escultor Maurício Salgueiro divide a obra deixada por sua mãe, em três fases: a fase inicial em Vitória, onde ela fez muitos contatos e recebeu orientações de outros artistas. Ele, não considera essa primeira fase, acadêmica, mas a inicial, na qual ela se dedicou a motivos de influência externa, com uma interrupção após o casamento. Como toda mulher brasileira dessa época, ainda mais em cidades do interior, o casamento interferiu e ela teve que fazer um intervalo forçado.

Depois ela retornou aos pincéis, quando foi residir no Rio de Janeiro. Nessa oca-



sião, final da década de 30 a 40, ela fez um longo curso de técnica de pintura e cores, com a grande professora Georgina de Albuquerque. Essa segunda fase, ele prefere qualificar de acadêmica porque esteve muito presa à natureza. Mas de temas dela próprios. "Foi uma fase que ela cresceu muito, criando uma palheta nova, inteiramente renovada que de repente passou na sua pintura". Depois, novo intervalo, talvez pela preocupação em dar maior assistência à educação dos filhos. Isso, naturalmente a obrigou a um outro tipo de dedicação, muito importante em sua vida como responsável e mãe extremosa que foi.

Finalmente, ela retoma a pintura numa terceira fase, deixando os rigores do desenho e totalmente as regras acadêmicas e da perspectiva linear, mais livre, como uma figura, mais solta. Ela retornou com trabalhos como o "Cais do Porto", e outros de temas diferentes. Foi uma fase muito bonita. E dentro desse novo conceito de pintura conservou-se até o fim da vida. Mas sempre presa ao figurativismo. Ela nunca saiu da figuração.

O acervo de Consuelo Salgueiro é de cerca de cinquenta quadros. Ela não gostava de se repetir e sempre buscou dentro da pintura, renovar-se. A pintora premiada Conceição Pinheiro, fala de seu relacionamento e convívio artístico com Consuelo Salgueiro, desde 1962, quando foi trabalhar no Instituto Nacional do Livro. Consuelo levou-a freqüentar a Sociedade Brasileira de Belas Artes, onde participaram de várias coletivas de pintores brasileiros e conquistaram alguns prêmios, participando de várias mostras promovidas pelo MEC. Além disso, exposições em cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro. A pintora Conceição Pinheiro diz ter recebido de Consuelo o maior incentivo na sua primeira exposição no Clube de Decoradores. Juntas visitaram Nova York no ano de 1970 e percorreram todos os grandes Museus, como o Brooklyn Museu onde conheceram a obra de Picasso. Elas trabalhavam e pintavam juntas, como discutiam técnica de pintura e quando fez o seu último trabalho que foi o retrato do neto, discutiram muito sobre expressão e as pinceladas. - "Ela sempre aceitou a minha opinião. E a lembrança maior - o seu otimismo, a persistência e a grande euforia quando conquistou a primeira medalha de ouro no Salão da Academia Brasileiras de Letras com o "Largo do Boticário", um tema que ela abordou em três ângulos diferentes e em outras ocasiões". Consuelo Salgueiro era muito criativa e chegou a fabricar jóias como uma individual na galeria Vila Rica. Diversificando a sua arte e dando corda a sua criatividade, ainda encontrava tempo, para fazer tricô, croché e as mais lindas e artísticas almofadas de retalhos.

Outros artistas respeitados, completam o número de pintores, intelectuais e críticos de arte com em ela conviveu: Fernando Barreto, Clarivaldo Valadares, Silva Leite, Augusto Rodrigues, Van Jafa, Walmir Ayala, Levino Fauzeres e Gastão Formenti que era cantor, artista plástico, pintor consagrado e responsável, com Osvaldo Teixeira, pelos mais lindos e famosos vitreaux do Rio de Janeiro. Gastão Formenti era assíduo às reuniões no Cosme Velho.

Com Levino Fauzeres, o criador da famosa Colméia de Pintores, tão badalada pela imprensa carioca, ela participou, na década de 60, das aulas realizadas ao ar livre, nos locais mais bucólicos do Rio de Janeiro, integrando um enorme grupo de artistas plásticos que se identificavam com a escola de Levino.

Consuelo era muito estudiosa, na sua busca permanente de sabedoria. Ela sempre buscou. Por isso assistiu a muitas palestras, conferências e fez uma série de cursos de artes em geral. Mas, curioso, durante muito tempo, ela escondeu para os amigos a sua pintura. Ela dizia que não pintava por profissão, mas por lazer. E só muito mais tarde, eles tomaram conhecimento de suas telas. Acredito que a sua missão materna, trans-

pôs muitas vezes a sua revelação na pintura, embora ela nunca a tenha abandonado completamente. Zany Roxo, João Carlos Cavalcanti, Fernando Barreto e muitos que viveram em sua intimidade, são unânimes em dizer que somente bem mais tarde eles vieram a saber que além de participar ativamente do movimento artístico no Rio de Janeiro, Consuelo também pintava os seus quadros. Acredito que a sua maior preocupação, sempre foi ajudar aos filhos crescerem em suas preocupações, sempre foi ajudar aos filhos crescerem em suas profissões e se afirmarem na vida artística a que se propunham, Maurício na escultura e João Vicente como professor de História da Arte. Certa vez o Maurício a convite do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, foi dar um curso de escultura e ela, não perdeu uma aula, prestigiando e assessorando o curso. Com João Vicente era a mesma coisa, - sempre se dividindo para atender aos dois - ela colaborava na datilografia e nos seus projetos de pesquisa, como também datilografou o livro que João Vicente pretendia publicar a História da Arte, projeto que ficou inacabado com a sua morte. Consuelo era apaixonada pela pesquisa histórica, escreveu alguns trabalhos e gostava muito de invenções científicas. Além disso, deixou inacabado um livro sobre a história do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Consuelo Salgueiro se assemelha em perseverança à maravilhosa personagem da obra de Máximo Gorki "A Mãe". Tal como ela, soube perseguir os caminhos, uma, em busca da liberdade do filho nas prisões russas e a outra em busca de realização dos filhos.

A grande emoção na sua velhice foi o nascimento em 10 de abril de 1979 do único neto, filho de Maurício e Vera Severiano Ribeiro de Saules que recebeu na pia batismal um nome pomposo: - Maurício de Saules Salgueiro Felisberto de Souza. O seu nascimento para ela foi uma luz no final de existência e lhe deu muita alegria. Ela pintou três quadros para ele, dois com temas ingênuos e traço muito solto, com crianças brincando, soltando papagaios, muito verde, florzinhas, palhaços, João Teimoso e passarinhos e o terceiro, que foi o seu último trabalho, e retrato de Mauricinho. Nele ela deixou transbordar muita luminosidade, muito amor e toda a ternura de avó, ao contrário da 2ª fase que foi mais de "Naturezas Mortas", onde os tons deixam debruçar uma alma conflitada e a severidade que foi a vida para ela..

Mesmo escondendo a sua pintura durante alguns anos Consuelo Salgueiro conquistou várias Menções Honrosas, Medalha de Bronze, Medalha de Prata e duas Medalhas de Ouro nos diversos Salões do Rio de Janeiro, em exposições coletivas. Aqui um pouco de sua vida, sua pintura, seus méritos, conquistas, sua humildade e sobriedade como grande cultura que foi do belo, na sua maior essência que é o mundo amplo, da alma do artista e das artes em geral.

# FICÇÃO E HISTÓRIA / HISTÓRIA E FICÇÃO

**Prof. Dr. José Sebastião Witter (\*)**

(professor do Departamento de História  
da FFLCH-USP - Diretor do Centro de Apoio  
à Pesquisa em História - CAPH - Diretor  
do Instituto de Estudos Brasileiros -IEB/USP)

## A - Palavras Necessárias

Quando fui convidado para participar desta semana de Estudos não resisti à tentativa e aceitei o convite por diversas razões, sendo a principal de ordem afetiva. Faz tempo que não vejo meus grandes amigos e colegas de Vitória e também por ter grande dívida de gratidão ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo por me ter aceito como sócio-correspondente.

Disse sim, seguindo a sugestão de Chico Buarque "...aja duas vezes antes de pensar". Comprometi-me, então, com Renato, Léa Brigida, para identificar duas pessoas entre tantas que admiro e quero bem em Vitória e que sempre estiveram mais próximas deste professor.

O tempo passou... O texto a ser escrito, sem pressa ou pressão foi sendo pensado, mas não realizado. E, agora, às vésperas do acontecimento, sem poder inaugurar a semana por razões pessoais, espero poder fazer chegar até os confrades e aos demais participantes da Semana alguma mensagem, daquilo que posso entender do tema escolhido: **História e Ficção**.

---

(\*) Conferência lida, pela consócia Lea Brigida de Alvarenga Rosa, no Seminário "Ficção e História", em 3 de dezembro de 1990.



Confesso que, quando resolvi escrever o texto, de fato, pude perceber o quanto não sei sobre a História e quanto menos ainda sobre as inter-faces da História e da Ficção. Passei a reviver a minha própria História e ver nela a vida de um filho de imigrantes, o quanto comporta de histórias e o muito de ficção, de fantasia. Aos imigrantes, principalmente os europeus que deixaram a Europa no sec. XIX e nos princípio do sec. XX, cortaram o fio condutor de sua história. Poucos são os que têm claro o caminho percorrido e o espaço-tempo que compõe a sua saída de terras longínquas e a chegada ao Brasil, que não era a América sonhada.

Embora até possa ser interessante, não farei autobiografia e nem serei memorialista nesta oportunidade. Quero, no entanto, registrar, antes da discussão da História/Ficção e da Ficção e História, que, certamente não acrescentarei nada de novo, nem tenho a pretensão de defender uma tese sobre o assunto. Antes, estarei abordando algo que vive presente no espírito de quem escreve história, mas não tem a profundidade que teria se fosse eu um pesquisador da própria Metodologia da História.

## **B - A História e a Ficção/a Ficção e a História**

Quando se tenta pesquisar e escrever sobre um tema que preocupa o nosso pensamento, aos historiadores compete bem definir o seu objeto de análise. E, certamente, ao reunir o material buscado em Arquivos, Bibliotecas, Museus, Universidades, o pesquisador sempre encontrará enormes lacunas nas séries documentais, o que o obrigará a usar imaginação para compor o quadro geral do assunto ou apresentar a sua tese. Eis aí, creio eu, uma questão inicial que se coloca: onde termina o correto, o palpável e onde se inicia a ficção?

Penso, neste momento, na dificuldade representada para o pesquisador e, em especial, para o que pesquisa a História, o saber encontrar o porto seguro, o bom senso, não deixando de ousar, porém sem transgredir.

Houve um momento em que o exagero do conceito científico e a força do positivismo criaram a máxima do “sem documento não há história”, que prevaleceu em todo século XIX como um dogma, que não poderia ser discutido. A história objetiva, sem a intervenção do pensamento daquele que a escrevia era professa. Ela continha a verdade, pois suportava-se nos documentos preservados e sendo eles reproduzidos o autor esclarecia sem “distorcer” o conteúdo dos arquivos pesquisados.

A história realizada com documentos acabou naquilo que se chamou de estudos “de tesoura e cola”, pois bastava esse procedimento para obter-se um mero livro ou até um tratado. Era justapor os documentos de forma ordenada e se produzia história. Evidentemente a crítica à história positivista conduziu ao exagero do oposto nos meados do século XX e muitos estudos acabaram por ser pura e simplesmente interpretação ou reinterpretação da interpretação sem acréscimo de novas pesquisas. Dos exageros da história documental aos encantos das teorias sem novidades, uma e outra criaram problemas para a própria evolução da História. E houve, durante longo espaço de tempo, uma discussão sistemática de onde se encaixar a História, como Arte ou como ciência, a ponto de um notável professor da Universidade de São Paulo afirmar: “..

Mas o que importa afinal que a história seja ou não ciência? E que todos concordem com isso? Foi o cientismo (sic) século XIX, que pretendeu aristocratizar certos conhecimentos com o epíteto de científicos, como se os demais fossem plebeísmos da cultura. Ciência ou não a história mostra o homem ao homem. Para os historiadores é ciência e está acabado. Como se disséssemos: Bonita ou feia, leviana ou virtuosa, quero casar com ela. Se V. não gosta, não pense nela. E se você não crê, trate de sua vida, que

dela me encarrego eu.” (Eduardo D'Oliveira França - **A Teoria Geral da História** - Considerações e propósitos de um livro recente; **Revista de História** - vol. III, São Paulo, 1951, pgs. 111 a 141).

Defensores ou opositores da História Ciência, todos acabaram concordando que a História Arte ou Ciência devia ser acima de tudo uma nova História, que não ficasse no tratamento exclusivo do acontecimento ou do fato histórico marcante em si, mas antes aquele ramo das Ciências Humanas, que pensasse e analisasse a vida do homem como algo maior e mais abrangente do que o estudo do Herói ou da Vida dos homens do poder, enfim a história exclusiva dos que venceram. Uma forma abrangente de ver a História na sua totalidade. Nesse sentido, deixar de fazer a “história evenementielle” para tratar de ampla atuação do homem na sociedade e suas relações não só políticas, mas também sociais e econômicas.

Os estudos historiográficos, na sua evolução e profundas mudanças, deixaram com o correr do tempo, as clássicas abordagens para chegar ao estudo do cotidiano, passando de tempos em tempos por alguns modismos, mas não perdendo por parte dos bons historiadores, o sentido mesmo da História - o estudo do homem na sua relação com o tempo e o espaço.

Dos livros de Heródoto às obras de Guinzburg, da antiguidade ao mundo contemporâneo, no entanto, não se pode deixar de reconhecer que do historiador sempre se exige que seja um bom escritor e que a arte de narrativa está ligada à História de forma visceral. Um simples relato, ou um relatório circunstanciado, embora fonte documental de importância, não podem ser considerados história, mas uma interpretação bem descrita, sem requisitos literários, será sem dúvida um melhor livro de História.

Sérgio Buarque de Holanda (o historiador de Raízes do Brasil, Visão do Paraíso, Caminhos e Fronteiras, Monções, entre tantas outras obras primas) insistia em suas aulas, conferências e entrevistas, que os candidatos a historiador deveriam ser antes de tudo bons escritores. Nem todos chegariam a ser, mas deveriam esforçar-se para isso. E também afirmava que eles que escrevem não devem buscar a palavra bonita ou de efeito, mas sim, devem encontrar aquela que é adequada para exprimir o pensamento daquele que o quer transmitir. E também dizia que, para atingir-se a clareza da expressão do pensamento era preciso reescrever, sem dessa tarefa se cansar. escrever, não é fácil e não é feito por obra mágica, é resultado de muito trabalho.

Henry Steele Commager (Iniciação ao Estudo da História - Zahar Editores, RJ, 1967) afirma: “...Se é verdade que a História só deve ser lida se for razoavelmente exata e justa, também é verdade que a história só é lida quando bem escrita...”

Allan Nevins (citado por Commager) reafirma este conceito: “... O que salva a História, e a preserva, é o estilo”. E mais adiante enfatiza: “...Se um historiador for obrigado a escolher, a fama pode levá-lo a preferir a literatura ao pensamento aristotélico, a escolher Apolo contra Minerva, mas também pode escolher os dois...”

E por aí poderíamos ir, buscando apoio à tese do bem escrever para ser razoável historiador, porém, não se pode esquecer daqueles que são excepcionais historiadores e escrevem de forma monótona ou dura. Há espaço tanto para os brilhantes quanto para os modestos, desde que sejam dotados de honestidade do investigador e do bom senso do intelectual, que se preocupa com a descoberta de novos elementos para suprir as lacunas da historiografia mundial.

O historiador, na medida em que busca nos Arquivos as fontes para suas reflexões esbarra, quase sempre com lacunas intransponíveis nas séries documentais preservadas. Principalmente em países como os da América Latina em que aos Arquivos são reservados os menores recursos orçamentários do poder público e quase sempre são



depósitos desordenados na iniciativa privada. Com raras exceções no Brasil (no âmbito federal e nos Estados) a maioria das instituições arquivísticas são relagadas ao esquecimento, o que torna impossível o acesso às fontes nelas preservadas, o que equivale dizer os Arquivos inexistem, em grande parte do território nacional.

A falta de séries documentais inteiras, no mundo contemporâneo, exige um poder de interpretação e raciocínio que leva o investigador, em muitas circunstâncias, a exercer o seu poder criativo, em alguns casos gerando ficção.

As proximidades da História e da Ficção ficaram no limite da própria mentalidade de quem procura a verdade histórica e procura, com os fragmentos encontrados, criar a vida reconstituída pela análise.

O chamado Romance Histórico foi mesmo, durante muito tempo, um gênero literário. Ocupou espaço considerável no mundo e no Brasil. Fiquemos no espaço brasileiro. Neste basta lembrar Paulo Setúbal, Lima Barreto, José Lins do Rego, para ficar nos clássicos. Na contemporaneidade pode-se lembrar Rubem Fonseca, este com uma marca registrada do romance baseado na erudição que criou a ficção calcada na árdua tarefa da pesquisa em arquivos e bibliotecas. O seu livro mais recente **\_ Agosto -**, que a exemplo dos dois anteriores, soma erudição com suspense. Desta vez, no entanto, busca no Agosto de 1954 o ponto central e como história o papel do comissário de polícia, que vive a trama da morte de Getúlio Vargas. É, enfim, um dos nossos grandes escritores a trabalhar no limite da História/Ficção da Ficção/História. Um trecho marcante: "... Deitado na cama, Vargas imaginou como sua morte seria recebida pelos seus inimigos. Sua carta, que fora escrita para se despedir do governo e não da vida, podia servir também, e até melhor, para um adeus definitivo...".

Em muitos momentos o escritor recorre, como Rubem Fonseca, à história para suporte de sua criatividade. Em outros momentos são os historiadores, que criam com base em suas pesquisas e, ao fazerem criticamente o "documento falar", atingem os limites da ficção.

Há inúmeros exemplos, que poderiam ilustrar esta afirmação, que vêm desde a Antiguidade até o mundo contemporâneo desde a Ilíada e a Odisseia até o Queijo e os Vermes, e seria um exercício complexo de erudição e metodologia que iriam certamente enriquecer este pequeno esboço da análise da História e da Ficção, que não caberiam, neste momento e no contexto desta abertura do evento que promove o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Resta-me, para concluir, lembrar que recentemente os maiores testemunhos de trabalhos significativos da criatividade humana, usando a erudição (uma das condições básicas para a formação do historiador), como base de seus grandes livros, são **O Nome da Rosa** e **O Pêndulo de Foucault**, que tornaram Umberto Eco um dos mais importantes pensadores e ficcionistas do século XX.



## Alberto Stange Júnior(\*)

### Caros Consócios:

N'uma das últimas reuniões da diretoria, falei sobre minha preocupação com o futuro do Instituto.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, fundado em 1916, vai bem graças à equipe que o conduz com entusiasmo e dedicação.

A nova era exige mudanças. O problema não é do Instituto, tudo se transforma rapidamente.

Conservar o passado é o que temos feito, mas as mudanças são grandes e a sociedade está esperando.

O problema não é brasileiro, é mundial.

Instituições básicas da Sociedade estão estremecidas.

A família, a economia, a religião, e os governos, estão abalados.

O povo parece não querer acreditar na política.

Os modelos tradicionais estão sendo postos à prova.

As novas técnicas avançam rapidamente.

Os computadores dominam tudo.

Estamos sem dúvida no limiar de uma nova era.

Chegou a minha vez de entregar a direção do Instituto, e agradecer a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

A cabeça do homem parece não acompanhar a marcha dos tempos.

Por toda a parte se ouve falar de ecologia.

A própria terra parece que sofre mudança de temperatura.

Não sou pessimista, mas alguma coisa vai acontecer.

Deixo tranqüilamente, nas mãos de Renato Pacheco a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Nossa confiança é que DEUS está governando o mundo.

---

(\*) Breve e significativa mensagem de despedida, proferida pelo consócio Alberto Stange Júnior no 15.05.91, dia em que foi eleito Presidente de Honra do Instituto.

## Ao assumir a Presidência do Instituto.

Renato José Costa Pacheco  
Presidente 1991-1993 (\*)

Ingressei, como sócio efetivo, nesta Casa do Espírito Santo, no dia 11 de abril em 1953. Aqui cheguei pelas mãos amigas de Guilherme Santos Neves, Eurípides Queiroz do Valle e Ceciliano Abel de Almeida. Nestes quase quarenta anos, tenho, modestamente, servido ao Instituto, com o máximo de minhas pequeninas forças.

Rilke, em suas **Cartas a um jovem poeta** defendeu a tese de que "nada nos pode acontecer, que não nos pertença intrinsecamente". Considero-me, assim, inteiramente pertencente a esta Associação, que, por via de consequência, é muito minha também.

Teve o Instituto, nestes setenta e cinco anos de atividades que hoje comemora festivamente, apenas 11 presidentes: Antônio Athayde, o primeiro ecólogo capixaba, os irmãos Arquimimo e Arnulpho Mattos, os Desembargadores Carlos Xavier Paes Barreto e Cassiano Castello, o Dr. Artur de Araújo Primo, os Desembargadores Celso Calmon Nogueira da Gama e Eurípides Queiroz do Valle, e os Drs. Ceciliano Abel de Almeida, Christiano Ferreira Fraga e Alberto Stange Júnior. Acompanhei, mais de perto, o trabalho dos quatro últimos Presidentes, mas a todos os anteriores, seus companheiros de Diretoria e a legião de sócios que se foram rendo minhas efusivas homenagens. Fui Secretário Adjunto, Secretário Geral e depois Vice-Presidente. Participei de edição de várias **Revistas**, de livros, da organização de Cursos, Congressos e Concursos, e procuro ser assíduo às reuniões da Casa.

Com o Dr. Alberto Stange Júnior unido, por laços fraternais de amizade nos últimos quarenta anos, desde que ingressei no Corpo Docente do Colégio Americano de Vitória, do qual foi ele o grande e inesquecível Diretor, trabalhei mais intimamente, mercê da grande confiança que nosso Presidente de Honra sempre em mim depositou. Houvesse esta categoria estatutária, diria que o Dr. Alberto Stange Júnior é nosso Presidente vitalício, nosso Guia, nosso Modelo.

Em nosso Instituto, criado em honra do herói capixaba, Domingos José Martins, o passado se torna experiência viva, atuante e presente, em que todas as forças sociais se movimentam dentro de uma dada realidade, e procuramos percebê-las, clara e racionalmente. O Instituto tem o propósito de levar o conhecimento acumulado, que é patrimônio comum da condição humana, a todos os que nos procuram, aqueles que, como dizia Victor Hugo, "são cegos, porém são infelizes em sua cegueira".

---

(\*) Discurso pronunciado na solene sessão de posse, a 12-06-91.



Prezados consócios e amigos:-

Riobaldo, a imortal personagem de **Grande Sertão: Veredas** asseverou que "todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas". A solução para ele estava na reza e na religião.

A meu pensar, o texto literário tem fundamentação antropológica...

Entendo que saindo da natureza - berço inicial dado - e desejando substituir quem o criara criando o aparato cultural (que é uma segunda natureza para facilitar a perpetuação da espécie) o homem cometeu o seu pecado original, o homem se tornou a-natural, e assim como as células se uniram para formar seres complexos, a solução para esta geral loucura é o associativismo, inclusive como pensava Riobaldo/Rosa o religioso, a solidariedade grupal, o um por todos e todos por um, que permita a formação de super-seres, que, trabalhando em conjunto, vencendo as etapas da vida em equipe, numa tempestade cerebral coletiva nos permita muito mais longe chegar.

Minhas senhoras e meus senhores:-

Muita gente pensa que o Instituto é um reduto hermético de cientistas sociais. Leído engano. Sempre entendi o Instituto como uma associação de pessoas boas (como os Vereadores coloniais) que amam o Espírito Santo, o que se comprova através da leitura do Artigo 1º de seus Estatutos e dos 40 números de sua **Revista**, a mais antiga publicação cultural do Estado.

Não bastasse isto, lembremo-nos do célebre discurso do Reitor da Universidade de Berlim, do Grande Theodor Mommsen, no longínquo ano de 1874:-

"Todos vocês, senhores, todo homem pensante é um pesquisador de fontes, é um historiador prático. Vocês têm de ser ambos, para entender os acontecimentos que ocorrem diante de seus olhos. Todo homem de negócios que maneje uma transação complicada, todo advogado que estuda um caso, é um pesquisador de fontes e um historiados prático".

Isto é o que pretendemos ser - geógrafos, historiadores cientistas sociais práticos que tentamos compreender o mundo em que vivemos, e, em especial, nossa gente, nossa terra.

Sabemos que não é possível o desenvolvimento total e harmonioso de um povo sem o estudo aprofundado das paisagens criadas pelo homem e sem um liame fortíssimo como o passado que esquecido não pode ser, nem negado:- deve ser compreendido.

Geografia e história, humanidades e ciências sociais devem dar as mãos, objetivando oferecer ao cidadão médio a compreensão do mundo em que vivemos.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo sempre procurou oferecer ao homem comum de nosso Estado atividades culturais que lhe possibilitem aparelhar-se, intelectualmente, e consequentemente, lhe permitam pensar com sua própria cabeça.

Infensos aos extremismos, seus membros mantiveram sempre uma postura equilibrada e eclética, mercê do amálgama feliz de múltiplas tendências que entre eles se encontram.

Além de cumprir suas atividades estatutárias rotineiras e incrementar sua associação com a Academia de Letras e Artes de Cascais, Portugal, cujos primeiros sócios nossos tomarão posse lá no próximo mês de setembro, pretende o Instituto, num futuro próximo, até o início do próximo século, desenvolver grandes projetos centralizados de suas atividades, nestes NOVOS TEMPOS de que falava o saudoso Almeida Cousin a nosso Presidente Stange Júnior.

Além disto, pretende realizar, bienalmente, e já agora convocadas para 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, jornadas internacionais sobre navegações, celebração da grande

epopéia da conquista dos mares, e ares, desde os quinhentos anos da descoberta da América ao quinto centenário da descobrimento do Brasil, que, este ano, terão sessão prévia coordenada por nosso consócio Miguel Depes Tallon.

Meus amigos, minhas amigas, minhas irmãs, meus irmãos:-

Creiam-me não estou vendo miragens, pretendo chegar a um oásis.

Nesta Presidência quero ter ouvidos (já um pouco surdos a esta altura da vida) para ouvir todas as vozes, e sobretudo para os silêncios dos humildes, dos inibidos, dos que se calam, e até se omitem.

Não desejamos grandes dádivas de poucos.

Queremos as pequenas contribuições de muitos, comos quais procuraremos cumprir, digna e honradamente, nossa missão.

Não abrimos mão de nenhuma ajuda. Continuaremos contando com a comparação prestimosa, querendo Deus, dos dedicados servidores de nossa Universidade federal do Espírito Santo, de nossos sócios, de nossos diretores, dos estudantes de nossa terra, do povo em geral.

Nesta caminhada, precisamos da ajuda de muitos, do auxílio mínimo que seja, de todos.

Agradeço a presença de todos 'e a celebração que tem sido sempre dada a nosso Instituto.

Procuraremos reverter tudo, sempre, em benefício de nossa boa gente capixaba.

Muito obrigado!

Está encerrada a sessão.



# NA INAUGURAÇÃO DO ESTANDE LUIZ DERENZI (\*)

JOSÉ GARAJAU DA SILVA

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,

Srª Ione Derenzi Roxo

Dr. Fábio Derenzi

Dr. Luís Carlos Derenzi

Meus senhores e minhas senhoras:

É uma honra de que muito me comprazo esta de falar em nome do Instituto nesta cerimônia tão especial, em que se homenageia um dos vultos mais ilustres do Estado, Dr. Luíz Derenzi, cuja vida é um dignificante exemplo de trabalho e amor a esta terra.

O Dr. Luís Derenzi nasceu em Vitória a 23 de março de 1898; fez o curso primário na escola Modelo e ginásio no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. Formou-se em engenharia como engenheiro civil pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1922. Sua vida toda foi marcada pelo exercício dos mais relevantes cargos. - de 1919 a 1921 foi topógrafo e astrônomo da Comissão da Carta Geográfica do Rio de Janeiro. De 1922 a 1924, exerceu o cargo de diretor da Viação e Obras da Secretaria de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo; de 1939 a 1944 vamos encontrá-lo como engenheiro Chefe da Construção do Parque Nacional de Iguaçu. De 1951 a 1955, foi Diretor Geral

do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado. Construiu estradas de ferro no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Construiu aqui o acesso de carros ao alto do Convento da Penha, por ocasião do IV Centenário de Vitória e pavimentação asfáltica da BR-101 - Iconha a Rio Novo.

O Dr. Derenzi, a par das suas atividades profissionais de engenheiro, professor e industrial, foi escritor, autor de obras que o qualificam como um intelectual de escol. O escritor é uma espécie que nunca se extinguirá, porque o espírito humano não se contém, inquieta-se sempre em busca da comunicação, aí o fenômeno de tão abundante, de tão fértil produção literária do homem. Ai da humanidade se não fossem as revelações do espírito. Tanto se lê, mais se desenvolve, tanto mais se produz, mais se cria. É o dom da proliferação das idéias e nesta corrente o espírito humano avança sempre até o limite do ômega da existência. O Dr. Derenzi não ficou à margem desta corrente, sua existência foi altamente produtiva.

O Dr. Derenzi morreu em 29 de abril de 1972, tendo deixado um expressivo contributo às letras capixabas. São de sua autoria:

Impressões sobre arte - Vitória, 1954

Os italianos no estado do Espírito Santo - Rio, 1954.

História do Palácio Anchieta - Vitória 1971.

Biografia de uma ilha - Rio - 1965, no dizer de Renato Pacheco, é a mais completa história da cidade de Vitória, exemplar pela documentação e esforço analítico. Foi comendador da Ordem da Solidariedade da República Italiana e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Deixou inédito um livro inacabado de memórias - Caminhos percorridos (título provisório) que a família pretende publicar.

Os originais, na opinião abalizada de Renato Pacheco de quem me vali para estas notas, são notáveis pela descrição que faz de Vitória do começo do século e os trabalhos que Luís Derenzi empreendeu, quando, juntamente com Gustavo Coração, participou dos trabalhos de levantamento da carta geográfica do Estado do Rio de Janeiro.

Meus senhores, hoje é, sem dúvida, um dia festivo para o Instituto, em que insere nos seus anais a memória dum vulto do quilate de Dr. derenzi e incorpora à sua Biblioteca este valioso acervo de 111 volumes, todos do mais alto interesse histórico-cultural, os quais foram a fonte em que abeberou o espírito, a inteligência do nosso insigne homenageado.

Agradecemos à família Derenzi tão grande gentileza, primeiro pela confiança de colocar sob a guarda do Instituto o precioso legado espiritual de Dr. Derenzi, segundo porque esta doação dá ao Instituto a oportunidade de cumprir uma das suas precípuas finalidades - preservar a memória daqueles que, por seu talento, dignificaram as letras e as ciências contemporâneas.

Dos 111 volumes que vão constituir a estante Luís Serafim Derenzi, cumpre destacar:

De Afonso Cláudio - Insurreição do Queimado - 2

de Amâncio Pereira - Noções abreviadas de geografia e de história do Espírito Santo.

de Ângelo Guarinello - O Tenente Evaristo

de Auguste de Saint Hilaire - Viagem ao Espírito Santo e ao Dio Doce.

de Basílio Daemon - Província do Espírito Santo

De Carlos Malheiros Dias - História da colonização portuguesa do Brasil

Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência 3

de César Augusto Marques - Dicionário histórico geográfico e estatístico

À família Derenzi, aqui representada por seus filhos Sra. Ione Derenzi Roxo, Dr. Fábio Derenzi, e Dr. Luís Carlos Derenzi, podemos garantir que este valioso acervo passa do altar da família Derenzi, em que era guardado com reverência e carinho para o

altar mór do Estado do Espírito Santo, o Instituto, onde ficará ao serviço e à admiração da posteridade.



## EM NOME DA FAMÍLIA DERENZI

FÁBIO DERENZI (\*)

A família de Luiz Serafim Derenzi deseja manifestar ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a sua satisfação pela acolhida que faz à parte de sua biblioteca, em que são maioria obras sobre o nosso Estado, transformando essa doação em uma homenagem, que, sem dúvida, reveste um especial significado. Como se sabe, Luiz Derenzi era engenheiro civil de formação politécnica, tendo dado ao seu Estado o melhor de sua capacidade profissional e administrativa. Trabalhando, em um segundo período de sua vida, fora do Espírito Santo, nunca se distanciou afetivamente de sua terra; pelo contrário, foi então que começou a produzir uma obra toda voltada para a História e os assuntos capixabas.

Embora o seu nome não tenha sido escolhido para lembrá-lo em alguma obra pública, nós, os seus filhos, irmãos e demais parentes, estamos convencidos de que não poderia estar mais bem situado do que aqui, nesta casa, à qual Luiz Derenzi tanto se orgulhava de pertencer. Nela, cuida-se da Geografia - que tão bem conhecia e como engenheiro ajudou a transformar, sempre com uma preocupação ecológica vinda dos tempos de juventude - e da História do Espírito Santo, para cujo estudo deu a contribuição que os senhores conhecem.

Eis a razão daquele significado especial e da emoção de nosso reconhecimento.

## O PASSADO COMO FANTASMA

João Gualberto M. Vasconcellos (\*)

O Brasil é um país que não dá importância à sua memória, e não é por acaso. Só pode ter memória aqueles que conseguem diferenciar o passado do presente, e estabelecer uma barreira clara entre eles. Sabendo claramente que vivem o presente, as sociedades e os indivíduos valorizam o passado, com suas tradições e também as raízes do comportamento presente.

Nós vivemos numa sociedade que tem enorme dificuldade em produzir o presente, em criar o moderno. Temos vivido um eterno passado colonial. Não fomos capazes de criar a modernidade, nem de ter um projeto de futuro aceito pela maioria.

Poucos são os espaços de valorização de nossa memória. Poucas são as instituições que têm se ocupado de preservar nossas tradições culturais. Orgulho-me em pertencer a partir de hoje a uma dessas instituições. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tem tentado bravamente ser um local de valorização de nosso passado, e de resgate de nossa memória, não temos dado a ele a devida importância.

Mas o encontro do Brasil com o seu futuro é também o encontro com o seu passado. Gostaria de citar um exemplo do que estou falando, no campo em que tenho me detido mais, o da história política. Todos sabemos que a República Brasileira foi um Golpe de Estado patrocinado pelas elites militares. O jornalista republicano Aristides Lobo cunhou uma expressão que se tornou célebre, quando disse que o povo assistiu à Proclamação da República **bestializado**. O período histórico que se iniciou com a Proclamação em 1889 e foi até 1930, com a ascensão de Vargas ao poder, ficou conhecido como a República dos Coronéis. Neste período as eleições eram fraudadas de uma forma clara e inequívoca. O governo elegia quem ele queria, e todos aceitavam este resultado. Para aqueles que queriam revoltar-se havia o clássico recurso à violência. As eleições eram montadas nesta época sobre os chamados currais eleitorais e o voto de cabresto.

No Espírito Santo a história não fugiu à regra. Primeiro vivemos um enorme marasmo durante toda a fase colonial. Não interessava à Coroa o desenvolvimento de nossos portos e muito menos de estradas que dessem acesso a Minas Gerais. Dentro dessa anestesia econômica em que vivemos durante tanto tempo, não tivemos a criação de elites políticas. O próprio centralismo do Império, associado ao seu sistema eleitoral, não favorecia a formação de lideranças locais. Só a partir da segunda metade do século XIX começamos nossos processo de formação de elites. Mas somente na Proclamação da República elas se definiram claramente. Moniz Freire foi certamente nosso primeiro grande Estadista. Sua liderança começada com a República só se eclipsou com a ascensão de Jerônimo Monteiro, Presidente do Estado em 1908. Ambos utilizaram como critério fundamental de suas ações políticas o coronelismo. membros das elites culturais e econômicas, utilizaram o Estado na perspectiva de suas classes sociais. Funcionaram como os verdadeiros organizadores do nosso processo político, sendo os elementos centrais da formação das elites dirigentes no Espírito Santo. É natural que nos dediquemos a estudá-los, que preservemos sua memória e valorizemos as suas obras.

O que não podemos é viver ainda hoje os traços fundamentais de um sistema que só consegue se modernizar parcialmente. O que não podemos é continuar a viver sob a lógica eleitoral dos velhos coronéis, que nos persegue como fantasmas. Como se o passado, ao invés de ser uma fonte de ensinamentos para o futuro, não passasse de um fantasma, sempre presente.

Somos uma nação perseguida pelo passado, e o comportamento eleitoral coronelista não nos abandonou. Assistimos neste momento a mais uma eleição presidida pela lógica da compra do voto, pela lógica do reduto eleitoral. Presos que estamos ao passado, não conseguimos criar fatos novos. Como a imensa maioria do eleitorado vive em condições da mais absoluta miséria, estão muito vulneráveis. Cria-se um pacto entre o eleitor e o político, dando origem a um sistema eleitoral onde não falem nem as idéias e nem as propostas.

Não estou querendo generalizar. Não quero afirmar que vivemos num país completamente corrompido. Evidentemente, que existiram e existem verdadeiros partidos políticos e também homens de valor na política, evidentemente que pessoas sérias e honestas disputam as eleições. Mas o comportamento majoritário absolutamente desonesto, e presidido pela mesma lógica política do velho coronel, para quem em eleição a única coisa feia é perder.

Outros exemplos dessa permanência do passado estão também no comportamento messiânico das massas. Premidas pelas circunstâncias mais duras de sobrevivência, costumam entregar suas esperanças a líderes aventureiros, transferindo-lhes responsabilidades que deveriam ser suas.

Com exceção da loucura totalitária alemã e Italiana que resultou na segunda guerra, nenhuma nação moderna tem produzido líderes carismáticos como ainda produzimos. O messianismo tem resultado num populismo irresponsável e enganador, que termina por frustrar as massas, que continuam sem participação efetiva na história.

Não quero me estender, não quero cansar meus ouvintes. Quero apenas lembrar que existem muitas formas de denunciar e lutar contra este estado geral de miséria e alienação, e que manter viva a história é uma delas. Porque a verdade é revolucionária. Porque trazer vivas as verdades históricas é uma forma de ajudar a construir um futuro com menos manipulações.

Está se aproximando cada vez mais o momento de nos defrontarmos com a folha em branco que é o nosso futuro. Está chegando cada vez mais a hora de escrevermos livremente o nosso destino, sem as prisões a um passado que insiste em nos perseguir, mas com a consciência de uma memória. Este é o nosso papel como estudiosos da cultura capixaba.

Muito me orgulho em continuar com vocês a lutar pela preservação de nossas tradições culturais. Muito me orgulho de poder pertencer a um grupo de pessoas que tem se dedicado tanto a manutenção de nossa identidade cultural. E espero poder contribuir para que um dia todos os capixabas e todos os brasileiros possam compartilhar do mesmo orgulho. Do orgulho de compartilhar uma mesma cultura e uma mesma nação, que esperamos mais justa. Sem identidade cultural não há possibilidade de progresso. É nisso que podemos contribuir para o progresso da nossa terra.



Discurso pronunciado, no dia 12 de junho, pelo consócio JOSÉ GARAIA DA SILVA, em homenagem ao patrono, Domingos José Martins.

Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Professor Renato Pacheco,

Exmo. Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça, Dr. Rômulo Sales de Sá,  
Demais Membros da mesa,

Meus senhores e minhas senhoras:

O Instituto Histórico e Geográfico reúne hoje convidados especiais e sócios para a sua festa de aniversário. Toda associação que se preza tem a sua data festiva. O Instituto completa hoje 75 anos.

Foi lá no longínquo 12 de junho de 1916 que um grupo dos mais ilustres intelectuais da terra se sentiu tocado pelo ideal de dotar o Estado de uma instituição, a exemplo das congêneres já existentes em outros estados, a qual tivesse como escopo zelar a memória da terra espiritosantense.

Parece a alguns não ser o Instituto um órgão dinâmico; na verdade não o é, senão nos seus específicos limites. O Instituto não é uma organização executiva, criadora, mas é vital a sua função, fazendo pulsar os acontecimentos, atento sempre aos fatos da história e da geografia. Daí prestarmos hoje o devido culto de respeito e admiração às figuras, que mais se destacaram, ao longo do tempo.

O dia 12 de junho não é uma data tomada ao acaso, por mera coincidência ou consenso das vontades; foi adredemente escolhida, porque representa uma culminância na história do Espírito Santo, um novo gólgota do holocausto de um mártir. Nesse dia, dava a sua vida pela Pátria o eminente espiritosantense, Domingos José Martins.

A história da humanidade, desde os imemoriais tempos da pré-história, vem se desenrolando, não segundo os caprichos do homem, mas segundo os altíssimos desígnios de Deus. O que parece capricho do homem é mero acidente de percurso, quase sempre rigorosamente punido. Não tenho dúvidas de que Deus comanda a história do homem, apesar de todos os vaivéns, apesar das incongruências decorrentes das guerras. Das cinzas, dos escombros da destruição, tira-se sempre uma lição. Parece-se afastada a hipótese de que outros Sadan Hussein se aventurem a enrascadas como foi a insólita invasão do Kuwait. É de se esperar que a guerra do Golfo Pérsico seja um passo firme, decisivo e, oxalá, final na consolidação da paz no mundo.

Os acontecimentos da história, às vezes, nos confundem, a nós que somos limitados de entendimento, mas ela vai seguindo inflexível o curso até alcançar a meta e a meta da história é a verdade, que há de prevalecer.

Que é a verdade? Pretensiosa será a minha definição - é querer definir o indefinível, uma vez que a verdade é tão abrangente que escapa ao alcance da nossa inteligência. Mas... presunção e água benta, cada qual toma a que quer.

A verdade, no meu entender, se resume numa palavra - o bem. O bem absoluto. O bem absoluto abre-se em leque e se desdobra em valores que privilegiam a natureza humana. Entre esses valores que cumpre mencionar alguns, apenas, para servir ao que nos propomos nesta fala.

A vida, a inteligência, a liberdade são valores inestimáveis e envolvendo esses valores todos é forçoso reconhecer o maior deles - o amor. A vida sem amor torna-se vegetativa; a inteligência sem amor é inoperante - a liberdade sem amor é inócua, isto é, sem sentido. A palavra amor ganhou conotação que a rebaixa, por isso havemos de distin-

guir amor e sexo.

A família é uma lareira em que o sexo entra como elemento estimulante do amor necessário à sua constituição e nela o sexo é o fulcro do amor conjugal. Não se confunde, pois, amor no sentido lato e sexo no seu sentido específico e restrito.

Ninguém amou mais a humanidade do que Jesus Cristo e ele não usou o sexo; ninguém se devota tanto à causa dos pobres e desvalidos como Madre Teresa de Calcutá e ela renunciou o sexo; ninguém se dedica tanto ao seu semelhante como Irmã Dulce de Salvador e, ao que consta, ela não optou pela vida conjugal. E assim são milhares e milhares de criaturas, no mundo todo, que abriram mão do sexo para se dedicar de modo exclusivo à vida religiosa.

O amor a que me refiro não é, portanto, esse amor banalmente, apregoadado, que, quase sempre, se resume em um sonho fugaz de felicidade e prazer. Sem dúvida, não foi esse amor que inspirou, que impeliu Domingos José Martins a dar a vida pela liberdade da Pátria. Ao contrário, ele tão jovem, com a prosperidade garantida, com uma família que tanto prezava, abandonou tudo e se deixou levar ao martírio consciente.

Gestos desta natureza são exemplos de grandeza, são mensagens vivas e providenciais, que se perpetuam e enriquecem o patrimônio cívico de um povo.

Eu creio que a humanidade, neste século XX, está prestes a alcançar o seu apogeu. Se volveremos as nossas vistas para os tempos imemoriais da pré-história, ficaremos tristes de imaginar a origem do homem. Não, eu não gosto de pensar no homem pré-histórico; a pré-história é tenebrosa. Eu me comprazo com o homem bíblico.

Segundo o autor do Gênesis - posso garantir que não foi Teillard de Chardin - Deus fez o homem do limo da terra e nada mais verdadeiro - viemos do pó e ao pó volveremos. Ao fazer o homem do barro, Deus o fez com o carinho de quem faz a sua obra prima, fazendo-o à sua imagem e semelhança, dotando-o de uma alma imortal e inteligente.

Tendo criado o homem, Deus viu o que o homem só era triste, por isso infundiu-lhe um sono profundo e de uma de suas costelas formou a mulher. Estranha imagem, porém, bela, profunda e rica de interpretação. A passagem bíblica da criação é cheia de poesia, mas não se pode negar a verdade, que destila da inspiração.

Nós deixamos o homem dormindo. Quando Adão acordou e viu aquele mulherão ao seu lado, exclamou: Meu Deus! E Agora? Os dois andaram por algum tempo, estranho um ao outro, vagando por aqui, vagando por ali; um pensava uma coisa, o outro pensava outra, até que um dia, os dois pensaram a mesma coisa.

Havemos de distinguir a história do homem bíblico da história da humanidade. A história do homem bíblico se insere na história da humanidade como o fermento na massa.

A história do homem bíblico ou o Antigo Testamento como é conhecida, é, no todo, um tanto nebulosa, mas quem a analisa à luz da fé, descobre o seu filete, que se infiltra aqui, aparece acolá e vai-se avolumando como um regato de águas límpidas, que desce da encosta e vai formar lá na vastidão da planície do grande manancial da revelação.

A história do homem bíblico começa naquele instante em que o homem como criatura se volta para o seu Criador, na atitude de quem se sente em solidão. Deus exige boa vontade.

O processo da revelação, como disse, é nebuloso no seu todo, como convém às coisas que se envolvem em mistério, mas, com o tempo vai-se aclarando até se cumprir a promessa do Messias, o Salvador, aquele que haveria de resgatar a humanidade. Então, sim, o advento do cristianismo lançou luz sobre o mundo e se tornou o centro da história. A história passou a dividir-se em antes de Cristo e depois de Cristo. É



Deus intervindo na história do homem.

Vivemos hoje o final do século XX. Que século maravilhoso! Que privilégio foi termos nascido neste século, em que o homem passa para o terceiro milênio as mais espetaculares realizações.

Este foi o século em que o homem dominou o tempo e o espaço. Pode-se tomar café em Londres e almoçar em New York, ao meio dia.

Em 1951, eu com 32 anos, não admitia ou melhor não concebia a televisão e ela já estava no Rio de Janeiro. Anos depois, às duas horas da madrugada, acordei, liguei o aparelho de televisão e me pus diante da maior proeza de todos os tempos - eu vi o homem descer na Lua.

Aí está a televisão, esta maravilha de nossos tempos, aí está o homem perscrutando os segredos do universo. A tecnologia vasculha a ciência, penetra-lhe a intimidade e revela os seus segredos. O encontro do século XX com o século XXI, já nas águas do 3º milênio, sem dúvida, será tranqüilo e festivo. O século XX merece. A meu ver, não se dará o que alguns temem, isto é, que o encontro deles se assemelhe ao impacto do soberbo e impetuoso Amazonas com as águas profundas do oceano, provocando as famosas pororocas. Confiemos em que os anseios mais sentidos da humanidade por um mundo melhor se concretizem no século XXI - que ele apague as manchas da miséria e da fome, que tanto afligem os povos e estenda a paz sobre a Terra.

Esta eu creio já está a caminho. A Europa ocidental já atingiu o estágio ideal do equilíbrio econômico, social e político; as nações do leste, livres do jogo comunista, acorreram pressurosas à integração com o ocidente. A Rússia, cujo território cobre a meta e da Europa e se estende pela Ásia, até os confins das ignotas estepes siberianas, a poderosa Rússia já manifestas primeiros estremunhamentos das mudanças inevitáveis.

A Europa em paz é a garantia da paz no mundo e a paz é 2ª etapa do bem absoluto. O amor e paz são a síntese de Deus.

Ora, se o bem absoluto gera o amor e a paz, se o amor e a paz são a síntese de Deus, então Deus é o centro do bem absoluto. Se a verdade é o bem absoluto, como afirmei anteriormente, se o bem absoluto é Deus, como tento demonstrar, então a verdade é Deus. É um axioma.

Disse eu no início que o Instituto nos reúne hoje para as comemorações de sua data máxima e o faz plenamente. É que hoje recepcionamos com efusivas boas vindas os novos consócios e pranteamos com saudade aqueles que, no decorrer deste ano, se foram do nosso convívio.

Senhores consócios: Estamos recebendo hoje a filiação de 2 novi-consócios efetivos e 2 correspondentes, todos muito bem recomendados, portadores que são de excelentes currículos, que os tornam altamente credenciados como membros de grande categoria a serviço do Instituto. É um instante, pois, de justificada alegria para a Casa de Domingos José Martins.

São eles os senhores:

Efetivos - Márcio Luís Ramos D'Albuquerque

Pedro Teixeira

Correspondentes - Luís Felipe Pereira Leite

Luís Carlos Biassutti

Márcio Luís Ramos D'Albuquerque, nasceu em 27 de junho de 1956 e é filho de Nilton D'Albuquerque. Iniciou seus estudos superiores da Faculdade de Engenharia Gama Filho, os quais não chegou a concluir, optando pelo curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo. É portador de títulos de inúmeros cursos.



Pedro Teixeira nasceu em Calçado a 27 de novembro de 1940. É jornalista profissional com registro de nº 15.121. Redator e editor, cronista, foi colatorador de Chico Anísio. É autor de vários livros como - Debruçado na ponte do ribeirão; contos ecológicos, São José do Calçado (a saga de uma raça capixaba); tem outros tantos aguardando publicação.

Luís Felipe Pereira Leite, admitido como sócio correspondente, nasceu em Cuiabá em 12/12 de 1916. Foi Oficial de Gabinete do Governo do Estado e Deputado Estadual em 1947. Foi agraciado com a comenda da Pontifícia Ordem de S. Gregório Magno, da Soberana Ordem Militar de Malta. Condecorado com várias medalhas. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Matogrossense de Letras e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, há vários anos.

Luís Carlos Biassutti é filho de Eugênio Biassutti e d. Avelina Avancini Biassutti. Formado em Direito e licenciado em filosofia, exerceu o magistério secundário e superior.

Srs. novi-consócios: O Instituto Histórico se rejubila com a vossa presença em seu quadro de sócios, pois trazeis a certeza da necessária renovação. Hoje mesmo estamos registrando o óbito de 5 ilustres consócios, que deixaram uma lacuna, eu não direi impreenchível, mas cada um tem uma característica própria de valor e sua ausência deixa sempre uma marca.

Vós vireis reforçar o nosso quadro social, garantindo ao Instituto o rejuvenescimento, para continuar a sua missão de guardião da história e da geografia em nosso Estado.

Nossos parabéns e nossa boas vindas.

Meus senhores: O Instituto cumpre o dever de prestar sua homenagem póstuma aos sócios falecidos, no período de junho/90 a maio/91.

Morrer é a única fatalidade inexorável, por isso deveríamos encarar a morte com naturalidade, mas a natureza humana é extremamente sensível aos sentimentos da dor e da emoção, da saudade e da tristeza. O registro que fazemos hoje é muito penoso, porque a morte nos privou de pessoas a que estávamos ligados por diferentes laços.

Nesse período temos a lamentar a morte de Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Dr. José Vieira Coelho, Dr. José Paulino Alves Júnior, Professor José Coelho de Almeida Cousin e professor Nelson Abel de Almeida. Grandes nomes, nomes de peso das letras e da administração pública.

1) No dia 7 de janeiro deste ano, faleceu em Vitória, uma das mais ilustres figuras de homem público do Espírito Santo, Dr. CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG, aos 92 anos. Bastava nela o sobrenome Monteiro para ressaltar a linhagem de homens ilustres desta terra. Dr. Carlos nasceu a 13 de janeiro de 1899, na fazenda Monte Líbano, no município de Cachoeiro. Era filho do engenheiro Carlos Adolfo Lindenberg e d. Bárbara Monteiro Lindenberg. Órfão de pai, ainda menino, enfrentou dificuldades, mas, em 1922, concluiu no Rio o seu curso de Direito. Exerceu cargos públicos os mais relevantes como o de Secretário da Fazenda e da Agricultura no governo Puna-ro Bley.

Foi Governador do Estado por 2 vezes, deputado federal por dois mandatos, senador da República por dois períodos. Exerceu a política com nobreza, sem ter recorrido ao expediente de mendigar votos. Nada acrescentaria eu ao que já disseram com muito mais autoridade personalidades de consagrado prestígio do mundo político do Estado. Entretanto, eu faria o perfil de Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg com 3 palavras - sereno, altaneiro e humilde. Altaneiro, sim, como convém ao homem que se preza e humilde, porque a humildade é a virtude que não é covardia, pois covardia é despojamento. Este o homem que todos nós seus amigos e admiradores ainda pranteamos e o Estado do Espírito Santo por intermédio do Instituto Histórico reverencia, reco-

nhecido pelos relevantes serviços prestados.

2)- DR. JOSÉ PAULINO ALVES JÚNIOR, cuja vida encantava pela simplicidade, que contrastava com a vasta cultura, acumulada ao longo de uma existência toda feita de dedicação ao trabalho e amor às letras. Morreu aos 92 anos.

Dr. José Paulino nasceu em Porciúncula, 6º distrito de Itapemirim, a 23 de agosto de 1895. Foi docente de Português e Literatura, mediante concurso, da Escola Normal Pedro II, em Vitória. Membro do Ministério Público, aposentou-se com prerrogativas de desembargador. Membro da Academia Espiritossantense de Letras, cadeira 32, do Instituto Histórico e Geográfico, pertenceu também à Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Filólogo, latinista, deixou obras de grande interesse como - Da preposição, tese de concurso, 1936, A questão do S e do Z, monografia, 1944, A alma existe, ensaio filosófico, surrão gramatical, estudo a respeito de incorreções correntes na língua portuguesa. Estas algumas dentre as inúmeras produções de sua lavra.

Não tive o privilégio de privar da amizade de Dr. José Paulino, mas tinha por ele grande simpatia.

3) - DR. JOSÉ VIEIRA COELHO, nasceu em Cachoeiro do Itapemirim, em 21 de agosto de 1912, bacharelou-se pela faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e, tendo abraçado a magistratura, chegou a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, que agraciou com o colar do Mérito Judiciário. Na Academia Espírito-Santense de Letras ocupou a cadeira nº 9 e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico. Dr. José Vieira Coelho foi magistrado brilhante e acatado, culto e profundo; no magistério, que exerceu nos vários níveis, não foi menos brilhante e culto. A sua tese de concurso para lente catedrático de língua portuguesa - Funções do Artigo - me surpreendeu pela forma da linguagem clássica de rara pureza. Não é uma tese, é um tratado pela pesquisa criteriosa em que se aprofundou, tornando atraente assunto tão árido. Imagino o Dr. José Vieira Coelho dedicado à filologia da Língua Portuguesa, seria, por certo, uma das mais acatadas autoridades. Foi uma pena. Sua morte foi uma perda irreparável.

4) - Professor JOSÉ COELHO DE ALMEIDA COUSIN, nasceu em Sacramento em Minas Gerais, a 15 de dezembro de 1897, tendo se diplomado em Farmácia em Ouro Preto, em 1920. Em 1936, concluiu em Vitória o curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Foi redator da revista Vida Capixaba, além de colaborar em toda a imprensa do Espírito Santo. Dedicou-se inteiramente ao magistério aqui e no Rio de Janeiro para onde se transferiu mais tarde. Como catedrático lecionou Química Analítica na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Vitória e por concurso ocupou a cadeira de História no Ginásio do Espírito Santo. Já no Rio de Janeiro, aposentou-se como professor de História.

Almeida Cousin foi escritor primoroso e poeta de grande inspiração. Autor de inúmeras obras, entre as quais - Itamonte, epopéia, Naufrágio, poemas, O amor de Don Juan, poema lírico, Odes de Anacreonte, Odes bilingues, Poemas da terra e da vida, A Sagração da Mulher, tradução de Vitor Hugo, pelo centenário de "La Legende des Siècles. Em 1936, publicou Aiamor, editado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. A sua tese do concurso para o Ginásio Espírito Santo teve como tema - O cristianismo em face o Império Romano e questões relacionadas com o ensino da História, Primeiros Estudos sobre a matéria corante da Iponéia roxa, suas relações com o PH, monografia. É mais vasta a sua produção. Acha-se confinada ao Instituto para publicação de sua autoria História da Literatura Brasileira. É oportuno reiterar que o casal Maura da Sena Pereira e José Coelho de Almeida Cousin, vendo chegar o fim dos seus dias e por influência da profunda amizade que unia os dois a Elmo Elton, resolveu doar ao Instituto o apartamento em que morava, com algumas poucas exigências que vamos



cumprindo. Esse imóvel já está em nome do Instituto.

5) - Em uma segunda-feira, dia 27 de agosto, estando eu em S. Luís do Maranhão, recebi telefonema de meu filho, que foi logo me prevenindo: Papai, vou-lhe dar uma notícia triste - Dr. Nelson morreu. Por instantes, emudeci. Quando morre alguém de nossa intimidade, abre-se um vazio dentro de nós; eu só me recompus, só me refiz, depois que rezei por sua alma. NELSON ABEL DE ALMEIDA, nasceu no Rio de Janeiro, em 1905; era filho de Ceciliano Abel de Almeida e d. Dinorá Abel de Almeida. Morreu aos 85 anos.

Foi uma vida carregada de frutos - advogado, professor, historiógrafo, funcionário da CVRD; mas, no magistério a quase se dedicou como poucos, foi que deixou a sua marca de homem devotado ao trabalho. Como intelectual, sua produção foi abundante e altamente proveitosa, tendo por isso alcançado títulos os mais honrosos, entre os quais avultam os de catedrático de Geografia e História com defesa de tese em 2 concursos públicos. Membro da Academia Espiritossantense de Letras, por mais de 10 anos, foi eleito seu presidente de honra. Seria extenso enumerar os títulos que exornam a sua personalidade e as obras que produziu e que o consagram como um dos mais completos homens de letras. Sobre sua personalidade, após sua morte, colheram-se depoimentos entre as figuras mais representativas da intelectualidade capixaba e todos enalteceram o homem Nelson Abel de Almeida, o mestre emérito, o historiador que dominava a matéria e o orador fluente, escoreito, lúcido. Eu, particularmente, acompanhei de perto Dr. Nelson, cuja amizade procurei cultivar. Havia entre mim e ele um ponto comum. Nelson era um católico de fé firme, pura, sem desvios. Por várias vezes o encontrei prostrado, de joelhos, diante do Santíssimo e então eu dizia de mim para mim: Eis o homem, o homem na sua expressão mais autêntica, recolhido, humilde, prestando homenagem ao seu Senhor. Não obstante isso e ser ele um homem inegavelmente austero, havia nele um hábito que contrastava com toda aquela severidade. Nelson se comprazia em contar anedotas, era um gosto irreprimível. Às vezes, eram anedotas fortes e eu dizia a ele: Dr. Nelson, cada anedota destas são 100 anos de purgatório. Ele ficava sério, dava umas voltas, depois tornava e me dizia: você está enganado, já perguntei a padre e ele me disse que não há mal nenhum em contar anedotas, porque eu faço para alegrar as pessoas. Eu lhe retrucava: vá atrás desse padre, vá! Os casos que ele contava, beiravam, às vezes, a irreverência. Um deles não resisto em não reproduzir aqui, porque vem a propósito. Dizia ele que certa vez discutia com Dr. Pedro Guimarães, então Juiz em Ibraçu, a Virgindade de Nossa Senhora.

Veja, Nelson, rebatia o D. Pedro, se eu vou acreditar que uma mulher dê à luz e continue virgem? Então o Dr. Nelson, sem perder a calma, insistia: Ora, Dr. Pedro, para Deus nada é impossível, mesmo porque, de outra maneira não é nenhuma vantagem, de outra maneira, até eu.

A fé cristã nos faz defrontar com mistérios insondáveis, mistérios impalpáveis, diante dos quais só nos resta dizer amém. Quem somos nós? Mas há mistérios palpáveis que desafiam os incrédulos, os tomés da vida. A própria vida é um mistério. Quem pode entender que dois elementos microscópicos se unam numa admirável simbiose, levando cada um as suas características e com pouco tempo surge um ser com vida, inteiramente acabado, com sua estrutura óssea, suas múltiplas articulações, os órgãos mais diversos já formados e cada um cumprindo a sua função. É ou não é um mistério? A ciência já conseguiu os bebês de proveta. O gene humano já é isolado, mas o risco da manipulação do gene é muito grande, as consequências são imprevisíveis, os danos podem ser irreparáveis. Este vai o maior desafio para o século XXI. Esperemos.

Eu devo ao Dr. Nelson Abel de Almeida o ter-me levado para o Colégio Estadual e por isso sempre lhe fui muito reconhecido e fiel à sua amizade até o fim. Quando ele



e Mabel já não podiam frequentar a missa aos domingos, eu e um companheiro, ministro da Eucaristia, íamos levar a comunhão para os dois. Era um consolo ver a felicidade, a alegria com que nos recebiam. Eram momentos de êxtase espiritual que só a fé cristã proporciona.

O nosso regulamento veda o proselitismo religioso e antes que me cassem a palavra por esta breve incursão em área proibida, deixai-me ir.

Tenho dito.

## DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA

“DIÁRIO OFICIAL” - Vitória, 6 de outubro de 1890 - Ano I - nº 100

**VIAGEM DE INAUGURAÇÃO** - Da Estrada de Ferro de Benevente a Minas, que vai ser construída pela Companhia Geral de Estrada de Ferro do Brasil. “Às 9 horas da manhã de quarta-feira, 24 de setembro, largou do ancoradouro o paquete “RIO PARANÁ”, pertencente ao Loide Brasileiro, conduzindo a diretoria da Companhia Geral de Caminhos de Ferro no Brasil, empregados Superiores da Estrada de Ferro Benevente a Minas, o sr. Ministro da Agricultura, alguns convidados e representantes da Imprensa da Capital. A construção da Estrada de Ferro Benevente a Minas foi concedida, há mais de oito anos, ao Dr. Carlos Augusto da Silva Teles, que vendeu a concessão à uma Companhia Belga, que se organizou para esse fim sob a denominação de SOCIÉTÉ ANONYME DE CHEMINS DE FERRE DE BENEVENTE A MINAS, com sede em Anvers. Esta Companhia iniciou os estudos, porém depois, por questões intestinas cedeu a concessão a um Sindicato Brasileiro que por sua vez a transferiu para a Companhia Geral de Caminhos de Ferro no Brasil, que acaba de inaugurar os trabalhos de construção. A concessão feita ao Dr. Carlos Augusto da Silva Teles para construção da Estrada de Ferro de Benevente a Minas para uma área de 6 quilômetros quadrados, de terrenos quase todos já comprados pela Companhia, todos de granito em decomposição e numa média de 10 metros acima do nível do mar. A nova cidade será edificada na Ponta dos Castelhanos, terminando na cidade velha e terá um magnífico porto, servido por uma ponte metálica, via dupla, com 280 metros de extensão, facilitando assim a atracação dos navios, tendo todos os aparelhos necessários para carga e descarga dos navios, e com uma profundidade de água de cerca de cinco (5) metros nas marés baixas, sendo para notar que a diferença da maré alta para a baixa é superior a 2 metros. A estrada assim construída Estrada de Ferro Leopoldina. A Estrada, partindo de Benevente, terá seu ponto terminal na Estação de Santa Luzia de Carangola, na Estrada de Ferro Leopoldina, com percurso de 270 quilômetros.

Dessa mesma estação de S. Luzia de Carangola ao Rio de Janeiro, pelas Estradas de Ferro Leopoldina e Central o percurso é de 280 quilômetros. No quilômetro 13 destaca-se um ramal que vai ter à secção de Matilde, na Colônia de Rio Novo, passando pela Colônia de Alfredo Chaves, com um percurso de 48 quilômetros. No quilômetro 48 passa a Estrada pelo povoado de Rio Novo, no quilômetro 74 chega a Itapemirim, e encontra com a Estrada de Ferro Itapemirim, que já possui 72 quilômetros de tráfego, e deverá reunir-se mais tarde com a Estrada de Ferro de Carangola, em execução. Depois a estrada atravessará Muqui, Lagarto, Barra Alegre e chegará a Calçado a 180 quilômetros de Benevente e 35 quilômetros da Estação de Santo Eduardo, da Estrada de Ferro Carangola. Em seguida passará a Estrada por Barra Saí, Rio Preto, Santa Clara, onde atingirá a sua máxima altitude de 750 metros acima do nível do mar, e descerá rapidamente até o ponto terminal em Santa Luzia de Carangola. A estrada compreende cinco (5) secções, sendo a primeira com sede em Benevente sob a direção do Engenheiro Belford Duarte e a segunda com sede em Itapemirim sob a direção do Engenheiro Caetano Arnaud.

A estrada atravessa os rios: Benevente sobre uma ponte de ferro de 280 metros; Iconha, Itapemirim com uma grande ponte sobre pilares de pedra, Rio Negro ou Alto Itapoama e Carangola. Terá a estrada 30 estações e compreenderá um percurso de 320 quilômetros, tendo o Governo dado garantia de juros de seis por cento ao ano, so-

bre o capital máximo de 30 contos de réis por quilômetro, pelo prazo de 30 anos e concessão por 90 anos. O movimento de terras está avaliado em 15 contos de réis por quilômetro, e as obras darte estão avaliadas em 3 contos de réis, também por quilômetro. O rendimento mínimo da estrada avaliado por dados oficiais será o do transporte de 2 milhões de arrobas de café.

Dentro de um ano deverá estar inaugurado o tráfego até o quilômetro 29, na estação de Iconha, dentro de 15 meses até o quilômetro 48 no Rio Novo; dentro de 18 meses até o quilômetro 74, em Itapemirim; dentro de 2 anos até o quilômetro 180, em Calçado, e, finalmente, no prazo de 3 anos toda a linha até Santa Luzia de Carangola. Os estudos da estrada foram iniciados pelo Dr. Carlos Alberto Morsing e terminados pelo Dr. João Feliciano Pedroso da Costa Ferreira. É empreiteiro da Estrada o ilustre Engenheiro Pedro Toaz Y Martin, de sociedade com o Engenheiro Imbuzeiro, a cuja atividade se deve o aspecto festivo da cidade de Benevente no dia da chegada da comitiva da inauguração.

A empreitada da estrada foi feita à razão de Rs. 24:800\$000 por quilômetro, afora o material rodante.

A diretoria da Companhia Geral de Caminhos de Ferro no Brasil é composta dos seguintes senhores: Barão de Ipanema, Presidente; Dr. Carlos Augusto da Silva Teles, vice-Presidente; Comendador Domingos Moutinho; Comendador Luiz Michel, Dr. Feliciano Pedroso da Costa Ferreira, diretor técnico. As obras de edificação da cidade e construção do porto estão a cargo do Engenheiro Emílio Granmasson. É engenheiro fiscal da Estrada por parte do Ministério da Agricultura o Dr. Leopoldo de C. Ribeiro. É chefe do escritório técnico o Engenheiro Paulo Grandiner.

À bordo do Pacote RIO PARANÁ, especialmente fretado para levar à Benevente a comitiva inaugural da Estrada de Ferro, seguiram os senhores General Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Dr. Carlos A. da Silva Telss; Dr. João Feliciano Pedroso da Costa Ferreira, Dr. Pedro Tomaz Y Martin, Dr. Paulo Grantner, Dr. Emílio Granmasson, Dr. Balford Duarte e sua Exma, senhora; Dr. Jacinto Alvares Ferreira da Silva, médico da Empresa; Dr. Otávio Lassance, Dr. Ireneu Barreto Pinto, Dr. Carlo Euler Junior, representante da Companhia Geral junto ao Empreiteiro da Estrada, H. Uligue Deltorge, Membro do Conselho Fiscal da Companhia Geral, Henri Nicond, Dr. Leopoldo Ribeiro, Ketele, Lachaud, Mac Ferraz, conhecido fotógrafo, 2º tenente J. A. de Amorim Rangel, Comendador Jorge Naylor, Pardal Mallet, da "Gazeta de Notícias", Arinos Pimentel, do Diário de Notícias, Eugênio de Azevedo, da "A TRIBUNA", João Montenegro, do "CRUZEIRO" e Eugênio Pinto, do "Diário do Comércio".

Publicado em "A GAIVOTA", de maio de 1938  
Colégio "MARIA MATOS" - Anchieta - E. E. Santo

## **Porto de BENEVENTE (hoje ANCHIETA)**

"A REGENERAÇÃO", jornal que se publicava nesta cidade de Benevente (hoje Anchieta - E.S.), em seu número 35, de 12 de setembro de 1886, tinha a seguinte nota:

"Sobre a enseada e porto de Benevente, o eminente Engenheiro Civil - Dr. W. Milton Roberts -, em seu relatório apresentado ao Governo diz: "É muito protegido na sua extremidade setentrional pelo promontório saliente do Benevente, ou chamada Ponta dos Castelhanos, o qual, com seu prolongamento de recifes (atravessando canal navegável), que se estende um e dois terços (1-2/3) de milha na direção de SSO, formando uma bela enseada de quatro (4) milhas de comprimento na direção de NE para



SO e duas (2) milhas de largura na direção de SE para NO, oferecendo esta enseada boa ancoragem com sete (7) a nove (9) metros de profundidade, na baixa maré, bem protegida contra todos os ventos, menos do Sul a Suéste. Dentro desta enseada (em qualquer tempo e qualquer que seja o vento) há ancoragem segura (numa área considerável) perto da Ponta dos Castelhanos.

## **Outra nota de “A REGENERAÇÃO” em 19 de setembro de 1886.**

### **ESTRADA DE FERRO “ESPÍRITO SANTO E MINAS” - Ponte Marítima.**

No dia 12, apesar do Suldoeste que soprava rijo e de maré viva que se achava em seu terço de enchente, o Sr. Dr. Pedro Tomas Y Martins, verificou na Ponta dos Castelhanos, um lugar apropriado para construção do porto, onde quatro (4) navios de grande calado poderão atracar e proceder a descarga. Conforme verificamos também, eleva-se o custo da ponte a muito menos dos valores calculados, à vista das condições vantajosas verificadas nas mais desfavoráveis condições, - vasante de maré e Sudoeste rijo, que não teve força para agitar o oceano, nesses pontos já descritos em números anteriores e indicados pelo engenheiro M. Roberts.”

### **Ponte sobre o rio BENEVENTE**

No dia 13, o dr. Martin, numa canôa, subiu o Rio Benevente, para estudar o lugar mais apropriado, onde deverá ser construída a ponte para passagem das locomotivas, tendo nessa ocasião chegado até a Fazenda Três Barras.”

### **Nota do termo de visita do Dr. Henrique de Novaes, feito à Prefeitura de Anchieta, em 27 de junho de 1919**

“Deixo aqui consignado o meu reconhecimento pelo generoso acolhimento que me dispensaram as autoridades Estaduais e Municipais de Benevente, por ocasião de minha passagem por esta cidade em viagem de estudo, e levo a impressão de que, um futuro brilhante está reservado à histórica Cidade do Vº Padre Anchieta, pelo seu aproveitamento de seu porto, vasto e facilmente abrigável, no estabelecimento de um porto moderno.

# NOTICIÁRIO

## ATIVIDADES DO INSTITUTO DE JUNHO DE 1990 A JUNHO DE 1991

### Reuniões da diretoria aberta aos sócios:

1, 8 e 22 de agosto, 5 e 12 de setembro, 10, 24 e 31 de outubro, 7, 14 e 21 de novembro, 6 e 20 de março, 17 e 24 de abril, 8, 22 e 29 de maio, 5 e 19 de junho.

**Assembléia Geral Ordinária para eleição da diretoria, novos sócios e projetos para um novo tempo:** 15 de maio

### Sessões científicas:

17 de agosto - em Santa Leopoldina - comemorativa dos 100 anos da chegada de Graça Aranha ao Espírito Santo. Exposição de quadros sobre o Canaã do consócio Francisco Schwarz. Palestras dos consócios Luis Busatto e Renato Pacheco.

19 de setembro - Palestra da consócia Yvone Amorim sobre a artista capixaba Consuelo Salgueiro.

26 de setembro - Coordenada pelos consócios Léa Brígida de Alvarenga Rosa e Hermógenes Fonseca - reunião Coloquial para colher depoimentos de antigo trabalhador do Porto de Vitória.

17 de outubro - Estado atual dos estudos sobre italianos no Espírito Santo pela professora Margareth Vetis Zaganelli.

3 de abril - "Análise sobre a eleição estadual de 1990" pela consócia Marta Zorzal e Silva.

10 de abril - "Linhas mestras do curso de história ministrado em Portugal", pela consócia Neida Lúcia de Moraes.

29 de Maio - "Recordando Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha", pelo professor Avalcyr Pedrinha.

### Sessões Solenes

29 de agosto - Posse de novos sócios

12 de junho - Posse de novos sócios e da nova diretoria.

### Lançamento de Livro

29 de agosto - Lançamento dos **Contos Fantásticos** do Presidente de Honra Adelfo Poli Monjardim.

### Inauguração de Estante

17 de outubro - Inauguração da Estante Histórica Luiz Serafim Derenzi.

### Seminário

3 a 7 de dezembro - História e Ficção, com palestras de Renato Pacheco, Luiz Guítherme Santos Neves, Luiz Bussato, Miguel Depes Tallon e Francisco Iglésias da UFMG.

### Reuniões Festivas

12 de dezembro - Almoço de confraternização

26 de junho - Encerramento festivo das atividades do semestre.

## NOVA DIRETORIA (1991 - 1993) EMPOSSADA EM 12/06/91

Grande Conselheiro: (com status de Presidente de Honra) Alberto Stange Júnior (mantidos os anteriores grandes conselheiros Adelfo Poli Monjardim e Manoel Xavier Paes Barreto Filho)

Presidente: Renato José Costa Pacheco

1º Vice Presidente: Ormando de Moraes

2º Vice Presidente: Francisco Schwarz

3º Vice Presidente: Carlos Teixeira de Campos

Tesoureiro: José Hygino de Oliveira

Tesoureiro: Adjunto: Frederico Teixeira Filho

Secretário: Miguel Depes Tallon

Secretário Adjunto: Margareth Vetis Zaganelli

Encarregada da Biblioteca "Augusto Lins": Léa Brígida de Alvarenga Rosa

Encarregada do Arquivo "Carlos Xavier": Fernando de Moraes Achiamé

Encarregado do Museu da Imagem e Som: Sebastião Pimentel Franco

Orador: José Garajau da Silva

Vice-Orador: Neida Lúcia Moraes



## Noticiário

Pomeranos pesquisam sua cultura.

O Sr. HANS DANITZ, redator da importante **Revista de História da Cultura Pomerana**, que se edita em Lübeck, na Alemanha, em abril de 1990, esteve duas semanas em visita a nossa região colonial. Agora, escreveu carta ao Instituto, em que presta importantes esclarecimentos para todos que desejam pesquisar a cultura pomerana.

Como se sabe, o Estado do Espírito Santo muito deve aos pomeranos, pela introdução de técnicas de cultura de hortaliças e alevinos de peixes, e tem seus mais importante núcleo no município de Santa Maria do Jetibá, onde sua cultura, graças ao Prefeito Helmut Potratz é reverenciada, através do Museu do Colono, organizado por nossos consócios Sebastião Pimentel Franco e Regina Rodrigues Hees, na casa construída por nosso Vice-Presidente Francisco Schwarz, quando diretor da Estação Estadual de Fruticultura daquela comunidade.

Da carta do Sr. DANITZ, alguns tópicos são, a seguir, publicados.

No fim da II Guerra Mundial, tendo o território da Pomerânia sido cedido à Polônia, um milhão e meio de pomeranos deixaram sua terra natal e se espalharam pelo território da então Alemanha Ocidental. Na área organizada por britânicos e americanos, em 1948, os pomeranos fundaram a "Pommersche Landsmannnschaft", associação pomerana que, de início, se preocupou com a vida social dos pomeranos, levando em conta que a maioria dos fugitivos era constituída de pobres. Além disto, a Associação realizava, anualmente, um grande encontro para conscientizar a população pomerana da existência de uma cultura pomerana autônoma.

Após ter superado os problemas de pobreza dos primeiros anos após a guerra, a Associação fortaleceu-se e criou o "Die Pommersche Zeitung", jornal semanal com notícias sobre os pomeranos. Instalou-se também uma biblioteca e um arquivo da literatura pomerana. As grandes pesquisas são efetuadas, principalmente, em Institutos e Universidades, como o Johann Gottfried Herder Institut em Marburg, mantido pela Associação dos Pomeranos. Existe também uma Fundação Pomerana em Kiel, que é mantida pelo Estado Schleswig-Holstein.

Em setembro de 1988, a Associação dos Pomeranos, com sua atual sede em Lübeck-Travemünde, instalou a Academia chamada "Ostsee-Akademie" que tem a finalidade de informar, através de seminários, sobre temas alemães, e sobretudo pomeranos.

As pessoas interessadas em maiores informações devem dirigir-se diretamente à "Pommersche Landsmannnschaft" (Associação dos Pomeranos)

Europaweg 4 2400 Lübeck-Travemünde  
Alemanha".

## Noticiário

### **Lei Rubem Braga - redenção da cultura vitoriense.**

No dia 12 de junho último, durante a sessão solene de posse dos novos membros e diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o Prefeito Victor Buaiz assinou a Lei Rubem Braga, apresentada pelo executivo municipal e aprovada pela Câmara de Vereadores, como um passo magnífico de favorecimento de nossas letras, artes e pesquisas na área de ciência sociais. Acompanhado de seu Vice-Prefeito, nosso consócio Rogério Medeiros, o Sr. Prefeito falou da importância do Instituto, como mais antiga associação cultural de nossa terra, motivo pelo qual fora escolhido para a cerimônia. Falou, ainda das finalidades da lei que assinara, e as regras de sua execução, esclarecendo como os projetos devem ser encaminhados ao exame do Conselho que vai gerir os recursos oriundos da Lei, que destina parte da arrecadação do IPTU e ISS à consecução de seus objetivos.

Um extraordinário progresso, que logo a seguir foi adotado pelo Governo Federal, com a chamada Lei Rouanet, e que, oxalá, venha a ser adotado pelo Estado do Espírito Santo e por muitos de seus municípios.

**Na mesa que presidiu a solene sessão, o prefeito  
Victor Buaiz, assina a Lei Rubem Braga.**

## Noticiário

No dia 30 de outubro de 1991, no Gabinete do Prefeito Municipal de Vitória, presentes o Sr. Prefeito Dr. Victor Buaiz, e Sr. Vice-Prefeito Jornalista Rogério Medeiros, e toda a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, foi solenemente firmado o Convênio de Cooperação mútua entre a Prefeitura e o Instituto, autorizado pela Colenda Câmara Municipal de Vitória, através da Lei. 3.748 de 26 de setembro último.

Pela sua importância histórica para nossa Instituição e para nossa Capital, transcrevemos, a seguir, o inteiro teor da Lei e do Convênio firmado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**LEI Nº 3.748**

Autoriza celebração de convênio com o Instituto Histórico do Espírito Santo.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, convênio de cooperação mútua, nos termos do anexo que integra esta lei.

Art. 2º - O prazo de validade do presente convênio é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), que no mês de julho corrente correspondem a aproximadamente 1.125,76 UFMV, com recursos oriundos da reserva de contingência, para fazer frente às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei, para os exercícios vindouros, correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, em 26 de setembro de 1.991.

Vitor Buaiz,  
Prefeito Municipal

Ref. Proc. 084.821/91  
/stn.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Convênio de cooperação mútua, que, entre si, celebram, de um lado, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado IHGES, associação cultural com personalidade jurídica, sem finalidade lucrativa, com sede à Av. da República, 374, no Parque Moscoso, nesta cidade, e, de outro, o MUNICÍPIO DE VITÓRIA, pessoa de Direito Público Interno - com sede à Av. Mascarenhas de Moraes, 1.927, nesta Cidade, representados, o primeiro por seu presidente RENATO JOSÉ COSTA PACHECO, e o segundo, por seu Prefeito, VITOR BUAIZ, na conformidade das Cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA I**

O Município de Vitória e o IHGES celebram o presente convênio de cooperação mútua.

**CLÁUSULA II**

O Município de Vitória destinará mensalmente ao IHGES a importância correspondente a 200 (duzentas) UFMV - Unidades Fiscais do Município de Vitória, obrigando-

e, ainda, a custear a impressão da Revista do IHGES e da série "CADERNOS HISTÓRIA".

### CLÁUSULA III

O IHGES se compromete, em contrapartida, a colaborar com a política cultural do Município, prestando-lhe assessoria, na questão da Ilha da Trindade e de qualquer assunto de geografia e história do Município de Vitória.

### CLÁUSULA IV

O IHGES constituirá uma Comissão Técnica, formada por três de seus membros efetivos, com a finalidade de promover estudos pertinentes à questão da Ilha da Trindade.

### CLÁUSULA V

O IHGES compromete-se a fornecer à Secretaria Municipal de Cultura os elementos necessários à publicação de volumes sobre a memória do Município.

### CLÁUSULA VI

As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão à conta da dotação orçamentária própria.

### CLÁUSULA VII

Fica eleito o foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal para os efeitos do presente convênio.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente, com suas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, em

VITOR BUAIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

RENATO JOSÉ COSTA PACHECO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Testemunhas:

1 - Rogério Medeiros

2 - Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

## RELAÇÃO DOS SÓCIOS EFETIVOS DO IHGES EM SEUS ENDEREÇOS EM 12 DE JUNHO DE 1991.

Dr. Adelpho Poli Monjardim - Grande Conselheiro - Rua Barão de Monjardim, 100 - Vitória-ES; Prof. Alberto Stange Júnior - Grande Conselheiro - Rua Loren Reno, 105 - Vitória-ES; Prof. Aldo Franklin dos Santos - Av. Nossa Senhora da Penha, 615/301 - Praia do Canto - Vitória-ES; Prof. Aly da Silva - Av. Antônio Gil Veloso, 444 - Praia da Costa - Vila Velha-ES; Dr. Américo Barbosa de Menezes - Rua Hugo Musso 456/602 - Praia da Costa - Vila Velha-ES; Profª Angela De Biase Ferrari - Av. Rio Branco, 1407 - Praia do Canto - Vitória-ES; Cel. Ângelo Costalonga de Moraes Costa - Rua Presidente Pedreira, 25/504 - Vitória-ES; Des. Annibal de Athayde Lima - Rua Cel. Monjardim, 201/801 - Vitória-ES; Prof. Antonio Coelho Sampaio, Rua Oscar Rodrigues de Oliveira, 653/101 - Jardim da Penha - Vitória-ES; Dr. Aylton Pereira de Almeida - Rua Sete de Setembro, 75 - Vila Velha-ES; Prof. Aylton Rocha Bermudes - Rua Joaquim Lyrio, 220/221 - Praia do Canto Vitória-ES; Dra. Arlete da Silva Cypreste - Rua Madeira de Freitas, 35 - Praia do Canto - Vitória-ES; Sra. Argentina Lopes Tristão - Rua do Rosário, 244 - Vitória-ES; Dr. Alziro Calmon Tavares - Rua Cel. Monjardim, 133/601 - Vitória-ES; Dra. Anna de Castro Mattos - Rua Bernardo Horta, 30/01 - Jucutuquara - Vitória-ES; Prof. Carlo Bussola - Av. Carlos Orlando Carvalho, 685/304 - Jardim da Penha - Vitória-ES; Des. Carlos Teixeira de Campos - Rua Elesbão Linhares, 311 - Praia do Canto - Vitória-ES; Profª Celi da Rocha Neves - Rua Lisandro Nicoletti, 325 - Jucutuquara - Vitória-ES; Prof. Celso Pereira - Rua Pedro Daniel, 90/101 - Barro Vermelho - Praia do Canto - Vitória-ES; Dr. Cristiano Dias Lopes Filho - Av. Des. Santos Neves, 744 - Praia do Canto - Vitória-ES; Prof. Christiano Woelffel Fraga, Caixa Postal, 723 - Vitória-ES; Des. Crystallino de Abreu e Castro - Rua Gonçalves Dias, 52/901 - Vitória-ES; Prof. Domingos Gomes de Azevedo - Village de Lille, 402 - Ilha do Boi - Vitória-ES; Dr. Douglas Puppim - Rua Antenor Guimarães, 55 - Vitória-ES; Dr. Elviro Athayde de Freitas - Caixa Postal, 198 - Cachoeiro de Itapemirim-ES; Dr. Evandro Moreira - Secretaria de Cultura - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES; Prof. Fernando de Moraes Achiamé - Av. Nossa Senhora da Penha, 710/106 - Praia do Canto - Vitória-ES. Dr. Francisco Schwarz - Rua Constante Sodré, 1341/501 - Praia do Canto - Vitória-ES; Prof. Frederico Teixeira Filho - Rua Sete de Setembro, 215/508 - Vitória-ES; Prof. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt - Rua Pedro Palácios, 40/1402 - Vitória-ES; Prof. Hegner de Araújo - Pinto Homem de Azevedo, 243 - Jucutuquara - Vitória-ES; Sr. Hermógenes Lima Fonseca - Pixingolê - Conceição da Barra-ES; Des. Hélio Gualberto Vasconcellos - Praça Jacob Suaidd, 15 - Mata da Praia 2 - Vitória-ES; Dr. Hygino de Freitas Mello - Caixa Postal nº 838 - Cariacica-ES; Profª Ilza Miranda Bitran - Rua Eugênio Neto, 240 - Praia do Canto - Vitória-ES; Prof. Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo - Rua Ordilho C. Aguiar, 210 - Mata da Praia - Vitória-ES; Prof. Ivantir Antônio Borgo - Rua Barão do Rio Branco, 26 - Jucutuquara - Vitória-ES; Prof. Ivo Amancio de Oliveira - Rua Soldado Antonio Faria, 75 - Vitória-ES; Dr. Idalgizão Simão - Rua Capitão Sabino, 12 - Cachoeiro de Itapemirim-ES; Dr. Jayme dos Santos Neves - Rua Marcos de Azevedo, 375/1002 - Vitória-ES; Sr. Joaquim Pires de Amorim - Rua Seabra Muniz, 7 - Cachoeiro de Itapemirim-ES; Dr. José Antonio Ruy Cortes - Av. República, 224/405 - Vitória-ES; Prof. José Antonio Ruschi Bittencourt - Av. Anízio F. Coelho, 183 - Q. A. C. 1 - Vitória-ES; Dr. José Luiz Holzmeister - Rua Alziro Viana, 176 - Vitória-ES; Dr. José Moysés - Rua Chapot Presvot, 356/202 - Praia do Canto - Vitória-ES; Dr. José Carlos da Fonseca - Ladeira Sagrado Coração de Maria, 70/204 - Praia do Canto - Vitória-ES; Dr. João Gualberto Vasconcellos - Praça Jacob Suaidd, 15 - Mata da Praia 2 - Vitória-ES; Prof. José Garajau da Silva - Rua Cel. Monjardim, 201/1202 -



Vitória-ES; Prof. Júlio David Archanjo - Av. Carlos Orlando Carvalho, 405/401 - Jardim da Penha - Vitória-ES; Sr. José Hygino de Oliveira - Rua Dr. João dos Santos Neves, 220/901 - Vitória-ES; Prof<sup>a</sup> Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa - Av. Saturnino de Brito, 995/602 - Praia do Canto - Vitória-ES; Dr. Leandro Nader - Rua Prof. Baltazar, 29/302 - Vitória-ES; Sr. Levy Rocha - Rua Cabo Aylson Simões, 1050 - Vila Velha-ES; Prof<sup>a</sup> Lúcia Alves Corrêa - Rua Carlos Orlando Carvalho, 405/304 - Jardim da Penha - Vitória-ES; Prof<sup>a</sup> Luciana Osório da Costa - Rua Eugênio Netto, 384 - Praia do Canto - Vitória-ES; Prof. Luiz Busatto - Rua do Coqueiro, 144 - Itapuan - Vila Velha-ES; Prof. Luiz Guilherme Santos Neves - Rua Caetano Vello, 7 - Mata da Praia - Vitória - ES; Dr. Luiz de Sá Rêgo - Rua Cel. Sodré, 345 - Q. 166 - Vila Velha-ES.; Prof. Manoel Ceciliano Salles de Almeida - Rua Constante Sodré, 1433/201 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Dr. Manoel Moreira Camargo - Av. Saturnino de Brito, 1183/501 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho-Grande Conselheiro - Rua Milto Manoel dos Santos, 414 - Jardim Camburi - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria Beatriz Figueiredo Abaurre - Rua Sagrado Coração de Maria, 215 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Dra. Maria do Carmo de Novaes Schwab - Rua Cel. Monjardim, 165/801 - Vitória - ES.; Sra. Maria de Fátima Teixeira Monteiro - Sítio Coimbra - Aracê - Domingos Martins-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria Filina Salles de Sá de Miranda - Av. Dante Michelini, 1947/902 - Mata da Praia - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria da Penha Siqueira - Rua Nely Carvalho, 141 - Ibés - Vila Velha-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria Yonita de Aguiar Ribeiro - Rua Aleixo Neto, 40 - Praia do Canto - Vitória - ES.; Prof<sup>a</sup> Maria da Penha Delarmelina - Av. Gil Veloso, 2350/604 - Praia da Costa - Vila Velha-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria Izabel Perini Muniz - Rua Paulo Milles, 99/602 - Praia do Canto-ES.; Prof<sup>a</sup> Maria Lúcia Grossi Corrêa Zunti - Av. Nogueira da Gama, 845 - Linhares-ES.; Dr. - Maríen Calixte - Rua Padre Nobrega, 10 - Vitória-ES.; Prof. Marcio Luiz Ramos D'Albuquerque - Caixa Postal, 1718 - Vitória-ES.; Prof. Mário Bonzano - Escadaria São Bento, 28/804 - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Marta Zorçal e Silva - Rua Miguel Jantorno, 90/401 - Vitória-ES.; Prof. Mximo Borgo Filho - Centro Tecnológico - Deptº de Transporte - UFES - Vitória-ES.; Prof. Miguel Arcanjo Kill - Av. Saturnino de Brito, 700/304 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Prof. Miguel Depes Tallon - Rua Engenheiro Fábio Ruschi, 417/201 - Bento Ferreira - Vitória-ES.; Dr. Milton Caldeira - Praça da Bandeira, 22 - Vila Velha-ES.; Prof. Milton Teixeira Garcia - Av. Carlos Moreira Lima, 399/201 - Bento Ferreira - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Mintaha Alcuri Campos - Rua Ludwick Macal, 1020 - Jardim da Penha - Vitória-ES.; Dr. Manoel Gonçalves Maciel - Av. Monte Castelo, 48 - Cachoeiro de Itapemirim-ES.; Dr. Manoel Pedro Ferraz - Rua Erasbe Barcelos, 38 - Alegre-ES.; Dr. Manoel Rodrigues Martins Filho - Av. Leidão da Silva, 1930 - Itararé - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Margaret Vettis Zaganelli - Rua Eugenílio Ramos, 465/203 - Camburi - Vitória-ES.; Prof. Mário Bem Dias de Moura - Av. Champagnat, 350/403 - Praia da Costa - Vila Velha-ES.; Prof<sup>a</sup> Neida Lúcia Cunha de Moraes - Rua Joaquim Lyrio, 340 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Dr. Ormando Moraes - Alameda Mary Ubirajara, 145/302 - Praia Comprida - Vitória-ES.; Prof. Oscar de Almeida Gama Filho - Rua Eugênio Netto, 663 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Sr. Pedro Daadalto - Av. Cleto Nunes, 85 - Vitória-ES.; Dr. Pedro Teixeira - Caixa Postal nº 13 - São José do Calçado-ES.; Prof. Péricles Rocha de Sá - Rua Antero de Almeida, 54 - Jucutuquara - Vitória-ES.; Prof<sup>a</sup> Regina Rodrigues Hees - Rua Comissário Otavio Queiróz, 545/303 - Bloco B - Jardim da Penha - Vitória-ES.; Dr. Renato Bastos Vieira - Av. Dante Michelini, 2057 - Camburi - Vitória-ES.; Prof. Renato José Costa Pacheco - Rua Eudálio Fontes Correia, 244 - Mata da Praia - Camburi - Vitória-ES.; Dr. Ricardo Brunow Costa - Praça Aristóbulo Inocência Ferreira, 74 - Mata da Praia - Camburi - Vitória-ES.;

Prof. Rogério de Medeiros - Prefeitura Municipal de Vitória - Av. Marechal Mascarenhas

de Moraes, 1927 - Vitória-ES.; Des. Rômulo Salles de Sá - Rua Afonso Cláudio, 89 - Praia do Canto - Vitória-ES.; Prof<sup>ª</sup> Rosa Helena Schorling de Albuquerque - Rua Gustavo Gerhard, 72 - Domingo Martins - ES.; Dr. Sebastião Augusto Valle Guimarães - Rua Presidente Pedreira nº 25/503 - Vitória-ES.; Prof. Sebastião Pimentel Franco - Rua Idalina Pereira Motta, Entrada 1/304 - Jardim Camburi - Vitória-ES.; Des. Sebastião Teixeira Sobreira - Rua Antenor Guimarães, 55/702 - Vitória-ES.; Prof<sup>ª</sup> Sônia Maria Demoner - Av. Gil Veloso, 2350/604 - Praia da Costa - Sra. Terezinha Tristão Bichara - Rua Aristides Navarro, 157 - Vitória-ES.; Sra. Vaalsema Rodrigues da Costa - Av. Champagnat, 422/104 - Praia da Costa - Vila Velha-ES.; Des. Waldemar Mendes de Andrade - Av. Rio Branco, 1146 - Praia do Canto - Vitória - ES.; Dr. Waldir Vitral - Rua Antonio Borges, 75/301 - Mata da Praia - Camburi - Vitória-ES.; Prof. Walne Cassiano Botelho - Rua Henrique Moscoso, 2172 - Vila Velha - ES.; Prof. Willis de Faria - Rua Delmar Duarte, 91 - Vila Velha-ES.; Dr. Wilson Lopes de Resende - Rua Costa Pereira - Cachoeiro de Itapemirim-ES.; Sra. Yvone Pedrinha de Carvalho - Rua Prof. Manoel Ferreira, 158/1103 - Rio de Janeiro-RJ.

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Fundado em 12 de junho de 1916

Reconhecido de utilidade pública

Federal - Decreto Legislativo Federal nº 4.205 de 9.12.1920

Estadual - Lei 1.145 de 13.12.1917

Municipal - Decreto Legislativo Municipal nº 288 de 29.09.1928

Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural sob número 32.000 - 440/86 - 81 em 2.07.1986.

CGC-MF 30.965.180/0001-07

Endereço: Edifício Domingos Martins  
Av. República, 374 - Fone 223-5934  
Caixa Postal 1561  
Vitória 29000 ES Brasil

A **Revista** é publicação anual, editada sob a responsabilidade da Diretoria da Casa do Espírito Santo e sob os auspícios da PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA,

Distribuição gratuita às Bibliotecas do Estado.

Os interessados em aquisição de números avulsos deverão solicitá-los a nosso endereço.



# SUMÁRIO

## Documento especial.

|                                                                                             |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| "Razões do Município de Vitória sobre a jurisdição das ilhas de Trindade e Martim Vaz ..... | 01 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## Estudos e ensaios.

|                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Vila Rubim - José Hygino de Oliveira .....                                                   | 05 |
| Carapina e sua origem - Levy Rocha .....                                                     | 08 |
| Estado Atual dos Estudos sobre italianos no Espírito Santo - Margareth Vetis Zaganelli ..... | 10 |
| Assim vivia o velho Braga - Luiz Carlos de Portilho .....                                    | 14 |
| A Constituinte de 1890 - José Schiavo .....                                                  | 16 |
| As primeiras eleitoras do Brasil - Renato Pacheco .....                                      | 18 |
| Comendador Domingos Rodrigues Souto - J.P. Amorim .....                                      | 21 |

## Conferências e discursos.

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| Consuelo Salgueiro, entre a literatura poética e a pintura - Yvone Amorim ..... | 23 |
| Ficção e História/História e Ficção - José Sebastião Witter .....               | 35 |
| Mensagem de despedida - Alberto Stange Júnior .....                             | 39 |
| Ao assumir a Presidência do Instituto - Renato Pacheco .....                    | 40 |
| Na inauguração da Estante Luiz Derenzi - José Garajau da Silva .....            | 43 |
| Em nome da família Luiz Derenzi - Fábio Derenzi .....                           | 46 |
| O passado como fantasma - João Gualberto Vasconcellos .....                     | 47 |
| Discurso no dia 12 de junho - José Garajau da Silva .....                       | 47 |

## Documentos para a história.

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Viagem de inauguração da Estrada de Ferro Benevente a Minas ..... | 56 |
| Noticiário                                                        |    |
| Atividades do Instituto de junho de 1990 a junho de 1991 .....    | 59 |
| Nova Diretoria (1991-1993) .....                                  | 59 |
| Pomeranos pesquisam sua cultura .....                             | 61 |
| Lei Rubem Braga - redenção da cultura vitoriense.....             | 62 |
| Convênio PMV/IHGES .....                                          | 64 |
| Relação dos sócios efetivos e seus endereços .....                | 66 |